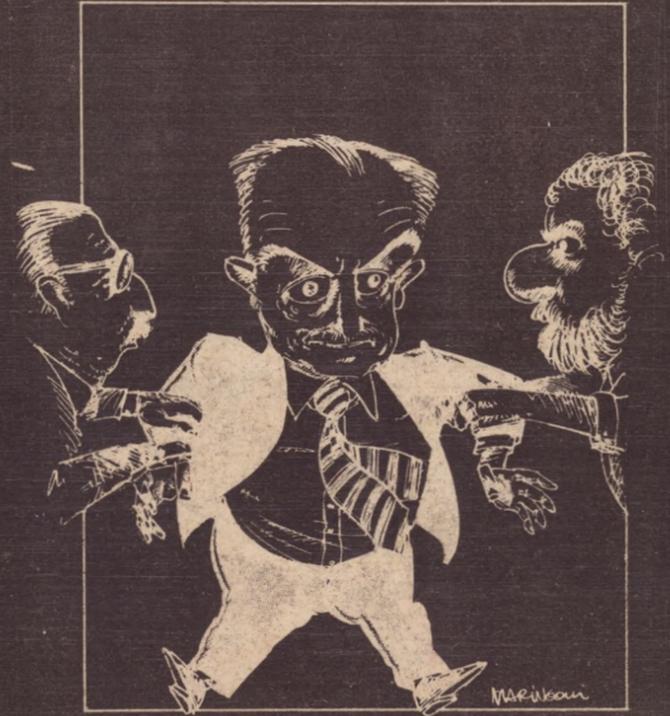


EM TEMPO!

Semanário Nacional • Ano II • nº 82 • 20 a 26 de setembro de 1979 • Cr\$ 20,00

Pra onde vai Arraes



Com a chegada triunfal, o ex-governador de Pernambuco, Miguel Arraes, torna-se o centro das disputas entre as tendências de oposição. Pra que lado penderá Arraes? Pro lado do PT ou pra manutenção do MDB?

Págs. 5 e 6

Na série "Contribuição à História da Esquerda Brasileira", a trajetória da Ação Popular, do cristianismo ao marxismo-leninismo

A história da APMIL

Págs. 12 e 13

"Explode Coração"
Gonzaguinha abre o jogo e dá o recado.



Pág. 10

Avaliação da greve
dos bancários em São Paulo



Págs. 8 e 9

França: a resposta da classe operária à crise

Pág. 16

tribuna processa geisel e médiçi

O jornalista Hélio Fernandes, diretor da "Tribuna da Imprensa", do Rio, entrou com ação de indenização na Justiça Federal em que os ex-presidentes Garrastazu Médici e Ernesto Geisel são os réus, acusados de abuso de poder na aplicação do AI-5. O abuso, no caso, foram os dez anos de rigorosa censura a que foi submetida a "Tribuna da Imprensa", proibida muitas vezes de divulgar matérias que eram normalmente publicadas em outros jornais do país. Por isso mesmo, a ação de indenização contra os dois generais — o artigo 9 do AI-5 atribuía ao Presidente da República, e somente a ele, a competência para a adoção da censura à imprensa — visa responsabilizar Médici e Geisel e obrigá-los a ressarcir o jornal dos prejuízos contrários devido a censura, o advogado da "Tribuna da Imprensa", Rafael de Almeida Magalhães, que entrou com a ação na Justiça no último dia 13, foi enfático: "É inquestionável a responsabilidade dos réus (Médici e Geisel) pela abusiva censura imposta não com a finalidade de impedir que o jornal publicasse notícias contrárias aos ideais do movimento de 64, mas com o objetivo único e não escondido de provocar-lhe a ruína e o fechamento".

A indenização será cobrada também da União, mas, se a ação for aceita, no mínimo corre o risco de ser leiloadas as famosas propriedades dos dois ex-presidentes, o sítio de Cinamomos, em Teresópolis, de Geisel, e o apartamento de Médici na rua Júlio de Castilhos, em Copacabana.

(Carlos Tibúrcio)

maluf à solta

A turma do Maluf que não tem dinheiro para aumentar salários dos funcionários públicos mas está doidinha para construir uma capital inteira (o que aumentaria a fortuna de todos os mais chegados) e para isso não reclama de falta de grana, está arranjando uma maneira de esfolar de vez o "contribuinte" (para eles nós não somos nada mais que isso).

Estão querendo criar, no estado de São Paulo, um imposto de renda estadual, equivalente ao federal. O achaque foi planejado, como é lógico, pelo secretário do Planejamento, certamente com o aval do chefe da gang que vai terminar o governo (se terminar) deixando os paulistas devendo até as calças.

(RVN)

os quebra-quebras e a expressão política dos trabalhadores

Os quebra-quebras de trens que marcaram o governo Geisel não eram rebeldias simplesmente contra as anímicas condições do transporte ferroviário. Eram os primeiros borbotões da insatisfação popular contra a vida miserável. A insatisfação represada na fábrica, sob a sombra do desemprego e ante o medo da polícia estourava ali onde era possível. Como poderiam se manifestar os trabalhadores naquela época senão nos momentos que não requeriam organização ostensiva? Os quebra-quebras daqueles anos vieram anunciar o ciclo de ascensão da luta de massas: De lá pra cá a situação mudou muito. Muitos trabalhadores que participaram daqueles quebra-quebras hoje talvez estejam organizando as greves que pipocam por esse Brasil afora. Não obstante, o dia a dia mobilização popular revela os porões ainda desconhecidos desse enorme desenvolvimento capitalista que a ditadura propiciou. Revela esses exércitos de empregados cujas condições de trabalho os mantém separados e ao mesmo tempo lhes arrebatam a existência. Revela essas categorias que se decuplicaram ou mesmo despontaram do golpe para cá.

Com efeito, não é outra a lição que



o nacionalismo falido da petrobrás

Que a campanha "A luta continua" não continuou, todo mundo já sabe. Que a Petrobrás já gastara uma grana no mínimo em doze peças publicitárias, oito das quais não foram veiculadas, ficou-se sabendo. O que não se disse, até agora, foi quem deu a ordem de suspensão da campanha e o porquê da medida.

É o que revela o último número do "Relatório Reservado" "A ordem de suspender a campanha 'A luta continua', que a Petrobrás vinha realizando, partiu do general Golbery do Couto e Silva". O mais interessante, contudo, é o motivo, principalmente levando-se em conta que o responsável pela campanha é nada mais nada menos que o Shigeaki — barril de petróleo — Ueki, ex-ministro das Minas e Energia e atual presidente da Petrobrás: "O Planalto temia que a campanha pudesse ser empalmada pela esquerda, agora vigorosamente reforçada devido ao retorno de líderes como Brizola, Arraes e Prestes."

A dica está dada. (CT)



mineiros cassando mandato popular

A vereadora Joana D'Arc, do MDB de Cataguazes, Minas Gerais, foi suspensa de suas atividades parlamentares por decisão do presidente da Câmara Municipal daquela cidade. E o pior é que esta decisão foi apoiada e aplaudida, inclusive, pela bancada do MDB. O que estaria por trás deste fato, justamente nessa hora de "abertura" e reformulações?

A história começou no dia em que a vereadora, portadora de um abaixo-assinado dos interessados, fez um pronunciamento na Câmara, denunciando os problemas que os moradores atingidos pelas enchentes no início deste ano estão passando. Exigia também explicações sobre o destino das verbas que a prefeitura recebeu do Governo do Estado e que não se sabe onde foram aplicadas. Seu pronunciamento foi interrompido pelo presidente da Casa, encerrando a sessão, sob alegação do adiantado da hora, retirando-se em seguida juntamente com a bancada da Arena.

Joana, porém prosseguiu seu discurso para os colegas de bancada e para os populares que permaneceram no recinto. Falou, inclusive, das ameaças de um vereador "boboca" contra os habitantes de um dos bairros. Apesar de nem ter citado o nome do referido "boboca", a vereadora foi suspensa pela Câmara, sob alegação de "quebra do decoro parlamentar".

Acreditar que o real motivo da suspensão tenha sido este é no mínimo ingenuidade. Agressões verbais e até corporais entre os parlamentares, inclusive no Congresso Federal, fazem parte do dia-a-dia destes órgãos. Não seria um simples "boboca" o motivo da punição. Na verdade, o que fere mais não são as palavras de Joana D'Arc, mas o trabalho de conscientização, aproximação e organização que vem desenvolvendo junto às camadas mais pobres da população. Em Cataguazes foram formados vários comitês de bairro, promovidas filiações de trabalhadores no MDB, tendo seu trabalho afirmado por não se limitar às atividades meramente parlamentares. E isso incomoda muito, não só a bancada arenista, como boa parte do próprio MDB local.

O que o presidente da Câmara e seus amigos do MDB não previam é que a suspensão da vereadora teria resposta por parte da população pobre da cidade, pois já foram realizadas várias manifestações em apoio a vereadora e em protesto a decisão da Câmara. Uma delas, na própria, onde mais de 1000 pessoas fizeram seu protesto, se primando pela originalidade: rezaram um terço de desagravo a Joana D'Arc e exigiram o fim da suspensão.

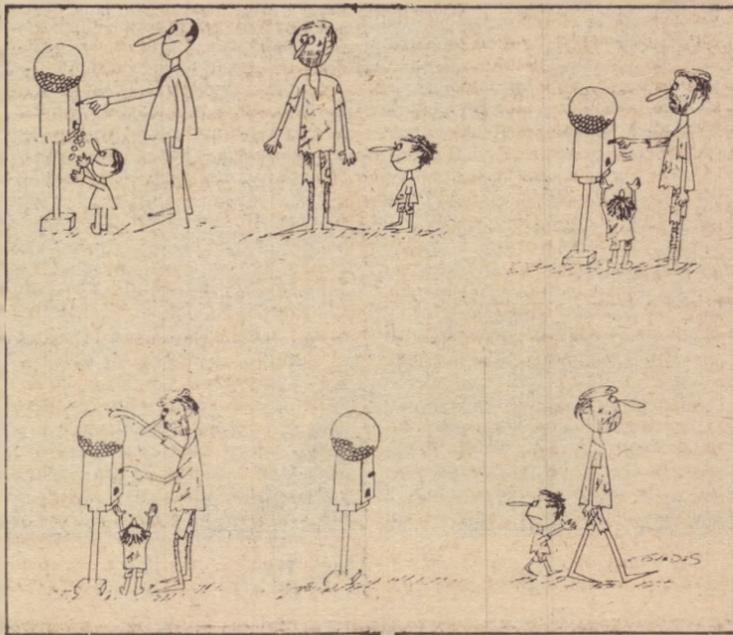
(Sucursal de Belo Horizonte)

po, o trabalho infantil nas fábricas, etc. Existem também os senhores e velhos a carregar esses cartazes de Chapa de Pulmão e Fotografias 3X4. Existem os vendedores de bilhetes de loteria. Existem as empregadas domésticas e as jovens empregadas domésticas. Todos eles dariam a vida por um dia de liberdade. Por acaso não foi um dia de liberdade para aquela malta espeznhada pelo trabalho, a quinta-feira 13?

O mais importante de tudo é abrir a essa imensa massa quase lumpen-proletária um canal de expressão organizada. Porque se a manifestação autônoma não nos horroriza é também verdade que ela não leva a nada a longo prazo. A curto prazo ela atira a direita e não é à toa que os provocadores da política estavam lá.

E lembrando que o PTB tem dentre os seus principais escopos organizar os marginalizados, a linha popular intransigente com a ditadura não pode deixar na mão dos manipuladores do jogo duplo essa imensa força democrática. Aos liberais caberá sempre pura e simplesmente, o horror aos quebra-quebras!

(Francisco Paulo Cipolla)





desaparecidos na argentina: onde está jorge basso?

No dia 15 de abril de 1976 o estudante brasileiro Jorge Alberto Basso desaparecia na Argentina. Jorge Alberto havia deixado o Brasil no começo dos anos 70 para, como centenas de compatriotas seus, encontrar refúgio no Chile. Lá ele se inscreve no Instituto Pedagógico, da Universidade de Chile, aonde inicia seus estudos de História, estudos que seriam interrompidos pelos acontecimentos de setembro de 1973. Jorge deixa Santiago e se transfere para a Argentina que vivia um curto interregno democrático e lá decide instalar-se aproveitando-se do fato de ter parentes radicados naquele país. Em Buenos Aires, Jorge Alberto trabalharia como assistente do jornalista suíço Luc Bahnered, preso nos primeiros dias de abril de 76 sob a vaga acusação de ter "contatos com a subversão" e liberado dias após, quando lhe seria notificada sua expulsão do país.

A prisão de Jorge teria se dado em um logradouro público da capital Argentina por elementos que não se identificaram, como sempre, mas não há mais precisões do que estas. Tão logo a família tomou

conhecimento da desaparecimento, começou a penosa ronda por repartições policiais aonde a resposta invariável era de que não havia ninguém preso com aquele nome.

Em princípios de 78 uma pequena esperança se abre, quando alguém informa à família que há um Basso preso em Trelew, no sul da Argentina, mas a informação não se confirma e o estudante gaúcho passa a integrar a macabra lista dos 25 mil "desaparecidos" que estão em vias de ter seu "desaparecimento" legalizado pelos militares argentinos.

Independentemente do que possamos esperar da ação das autoridades brasileiras, nós estamos no direito de exigir delas que se interessem pela sorte deste cidadão brasileiro como a estudante Regina Marcondes, vítima do pesadelo argentino.

O caso de Jorginho não pode provocar só a angústia permanente de seus familiares, amigos e companheiros. Ele tem de suscitar o clamor indignado de toda a opinião democrática do país.

(Marco Aurélio Garcia)

os custos da eleição

Quando perguntaram ao Maluf se ele aceitaria renunciar, juntamente com os demais governadores e senadores biônicos, como foi sugerido em tom de brincadeira pelo senador biônico Murilo

Badaró o desgovernador paulista respondeu:

— O mandato dele pertence a ele. O meu, todos são testemunhas de quanto custa a disputa. (RIN)

"veja" incursiona na crônica policial

O número 575 da revista Veja teve um sucesso inesperado no Rio Grande do Sul, chegando mesmo a esgotar-se nas bancas. A razão fundamental não parece ser a cobertura de capa dada à volta do ex-governador Leonel Brizola mas uma notícia estampada nas páginas 32, 33 e 34 sobre a prisão da esposa do senador Pedro Simon, em uma elegante loja de Nova Iorque, sob a acusação de haver tentado roubar um casaco de couro no valor de 900 dólares e uma bolsa no valor de 300 dólares.

Mais que o acontecimento em si, sobre o qual cada um formará seu juízo, o que chama a atenção é o destaque dado pela revista - o dobro do espaço concedido a uma notícia sobre a sessão secreta do Senado que investiga o acordo nuclear com a Alemanha, por exemplo - a um acontecimento ocorrido há quase dois meses.

A importância dada a um fato policial menor, ainda que envolvendo familiar de uma personagem da República, tanto tempo depois de sua ocorrência, suscitaria mais de um rumor a respeito das intenções que moveram os autores da nota.

Em Porto Alegre, muitos vêm o dedo do "satânico Dr. Goe", que,

dizem, cada vez influi mais na linha editorial do semanário da Abril e que teria aproveitado o incidente para mais uma investida contra um homem que pode desempenhar um papel chave na preservação do MDB.

Outras especulações que podem ser ouvidas no café A Bruxa, na rua da Praia, em Porto Alegre, afirmam que o fato teria sido revelado por pessoas que se encontravam na época em Nova Iorque e que não escondem sua oposição ao senador Pedro Simon, pelas resistências deste em por sua poderosa máquina emedebista ao serviço do nascente PTB. As mesmas fontes vão mais longe, quem teria se encarregado de transmitir o fato à imprensa brasileira seria o correspondente de um matutino paulista em Nova Iorque, mais conhecido por haver substituído em uma de suas viagens a São Paulo os redatores de seu jornal que se encontravam em greve naquele momento. Especulações à parte, uma coisa parece ser certa: não foi fácil encontrar na redação de *Veja* um jornalista disposto a redigir a nota. Afinal os profissionais deste semanário não estão familiarizados com práticas mais costumeiras na imprensa marrom. (MAG).

altino dantas: na luta pelos companheiros

Altino Rodrigues Dantas Júnior saiu na última sexta-feira do Presídio Político de São Paulo (Barro Branco), depois de cumprir oito anos, quatro meses e dois dias de cadeia. Ele foi preso no dia 13 de maio de 1971, acusado de dirigir o Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT), uma dissidência da Ação Popular (AP) surgida em 1968.

A militância política de Altino começou em 1961, no Partido Socialista Brasileiro (PSB). De 1964 a 1967, quando estudante, ocupou cargos de direção na UEE-SP e na UNE, presidindo, inclusive, o 28º Congresso Nacional da UNE, realizado clandestinamente, em 1967, em Belo Horizonte. Naquele ano, Altino passou a militar na Ação Popular, de onde saiu, no ano seguinte, no "racha" do PRT. E foi participando do PRT que ele veio a ser preso.

Altino deixou o Presídio do Barro Branco com uma idéia central: "Integrar o mais rapidamente possível a luta por uma anistia ampla, geral e irrestrita, cuja conquista consideramos o primeiro passo para a democratização do país, visando libertar imediatamente os companheiros que ficaram nas prisões". Para Altino, "bastaria que o regime cumprisse rigoro-

samente a nova Lei de Segurança Nacional, mesmo sendo uma lei arbitrária, para que todos os presos fossem libertados". Ele exemplifica com os casos dos cinco presos políticos que restaram no Barro Branco: "O STF (Superior Tribunal Federal) está aplicando a lei da anistia numa tramitação regular, com relator, espera da entrada do processo em discussão etc, ao invés de fazer uma tramitação de urgência. Eu mesmo saí logo (20 dias após a anistia) porque o meu processo já estava em andamento independentemente da lei da anistia. Mas o caso de Manoel Cirilo, por exemplo, só está dependendo da tramitação no STF".

Um outro caso, segundo Altino o mais complicado entre os presos políticos de São Paulo, é o de Francisco Gomes da Silva (o Chiquinho), que seguiu o conselho do juiz auditor Nelson Guimarães, retirando a apelação ao STF (e com isso o processo transitou em julgado, deixando-o fora da anistia), para ter sua pena adequada pelo mesmo juiz para 12 anos. Nessa situação ele sairia imediatamente. No entanto, o promotor apelou contra a sentença do juiz e, inexplicavelmente, o STM (Superior Tribunal Militar) elevou a pena de Chiquinho para 23

anos (o promotor pedira que ela fosse aumentada para 18 anos). Chiquinho é atualmente o preso político que há mais tempo está na cadeia (mais de dez anos) e, com essa nova situação jurídica, fica impossibilitado de ganhar a liberdade. De acordo com Altino, a perspectiva agora é a de modificar a decisão do STM.

Tem ainda o caso de Diógenes Sobrosa, que o juiz auditor adequou a pena para 18 anos (em todos os outros casos semelhantes - prisão perpétua - as penas foram adequadas para oito anos), o que adia a sua libertação para dezembro, assim mesmo em livramento condicional.

A situação dos outros dois presos - Aton Fon Filho e Carlos Alberto, anistiados parcialmente - só resta a possibilidade de obterem a unificação das penas restantes para poderem ser libertados.

Quanto à questão da reorganização partidária, Altino manifesta-se pela necessidade de um partido que unifique toda a oposição (oposição de fato grifado, diz ele), o que se constituirá num partido historicamente provisório. Das articulações em andamento, porém, ele considera que a do PT "merece ser encarada com o máximo de seriedade". (Carlos Tibúrcio).

hélio beltrão vendendo carros

Parece que o economista Hélio Beltrão, ex-ministro da fazenda do governo Castelo Branco, não perdeu a mania de proteger a indústria automobilística e o capital estrangeiro. Senão como explicar que dentre o enorme elenco de impecilhos burocráticos que atrapalham a vida do grosso da população brasileira (sem dinheiro para pagar despachantes) como as filas do INPS, os inúmeros documentos para conseguir aposentadoria, carteira de identidade, carteira profissional, compra de passes para ônibus etc, ele tenha escolhido como um dos primeiros atos do bombástico ministério da desburocratização esticar a validade das cartas de motorista (de 4 para 6 anos) e eliminar a fotografia (basta andar com a carteira de identidade). E a indústria automobilística continua faturando. (Guido Mantega)

20 horas de quebra-quebra em são luís no maranhão

A revolta latente está no povo. Depois dos quebra-quebras nos subúrbios de trens de, intensos há cerca de dois anos atrás, agora em 79 voltam a se apresentar novas explosões semi-insurrecionais. É o ódio do povo contra o governo, a polícia e os patrões.

Dia 18, São Luís, a capital do Maranhão anoiteceu com um total de 15 veículos incendiados dentre eles dois cambores da polícia, cerca de 300 pessoas feridas, supermercados saqueados e vários prédios danificados, inclusive o da prefeitura. Foram 20 horas seguidas de conflitos envolvendo cerca de 12.000 pessoas entre estudantes, comerciantes, lavadores de carros e o lumpem também aderindo.

Tudo começou na noite do dia anterior quando a polícia reprimiu 3.000 estudantes com bombas de gás e jatos d'água, que se encontravam em greve reivindicando meia passagem nos ônibus da capital. Em reação à polícia os estudantes partiram para o quebra, recebendo adesão de populares em geral e o conflito se ampliou até a madrugada. Os manifestantes refluam, como se a coisa fosse terminar, e depois voltavam à carga. E neste ritmo, as manifestações recomeçaram dia 18 pela manhã terminando somente à noite. O governador, vindo às pressas de Brasília chegou e declarou: "agitadores vindos de outras cidades e articuladores a nível nacional, insuflaram a multidão contra o governo".

eduardo portela parte para a provocação

Quem andasse pelos corredores do Ministério de Educação e Cultura, em Brasília, lá pelos dias de julho se surpreenderia com o clima de ansiedade que técnicos e chefões estavam vivendo. A dotação orçamentária do MEC para 1979 estava estourando e não percebiam suplementações à vista. A Universidade se reservava, a curto prazo, uma situação pré-falimentar. Alguns não conseguiram, até mesmo, esconder o desejo de que o movimento estudantil desencadeasse intenso movimento grevista a partir de agosto. Universidade parada, recursos poupados. Seria a salvação da lavoura!

Diante do quadro financeiramente desesperador o Ministro Eduardo Portela ou Portela II, que é conhecido na intimidade como "Dudu Pôpô", da Educação, está mexendo com os seus pauzinhos. Encaminhou para a Secretaria do Planejamento, às mãos do "Gordinho Sinistro", um desesperado ofício dizendo que se as verbas solicitadas pelo MEC não forem liberadas com urgência, muitas das universidades federais poderão falir. Apreensivo com a tranquilidade social de 460 mil universitários e 29 mil docentes, apela para que seja alcançada "uma solução conciliatória das dificuldades detectadas". "Dudu Pôpô" lembra também ao "Gordinho" que por falta de recursos, as universidades poderão ficar sem água, luz, telefone, e material de consumo. Realmente, um desastre.

Mas, ao mesmo tempo em que reclama mais verbas, o MEC começa uma carga de iniciativas para retirar ainda mais do poder público a responsabilidade pelo custeio do ensino no Brasil, implantando de vez o ensino pago e, no rastro, estimulando a integração Universidade-empresa. Dentro da política do "enrôlo", o governo está preparando o "Pacote Portela" que entre outras coisas libera a cobrança das anuidades nas universidades particulares e transforma as federais em autarquias especiais.

O que se deve registrar é o indistigável caráter de desafio que esta iniciativa comporta para o movimento estudantil, que reivindica o ensino gratuito, e para as Universidades Católicas, que vêm intensificando a exigência de uma maior participação do governo na sua manutenção (a crise é tamanha que a Universidade Católica de Minas Gerais está paralyzando obras, banindo de seus quadros a categoria de professores de dedicação exclusiva e, inclusive, cancelou o vestibular para 1980).

No momento em que os estudantes preparam-se para eleger a diretoria de sua entidade nacional, a UNE uma tal política só pode ser entendida também, como uma desconfiança, por parte do governo, da capacidade de as entidades estudantis mobilizarem seus representantes para a luta contra o ensino pago e por uma universidade voltada para os interesses populares. É pagar para ver! (Robinson Ayres).

ELA É BRASILEIRA. ESTÁ PRESA NOS CÁRCERES URUGUAIOS DESDE 1972.

O GOVERNO BRASILEIRO E CADA UM DE NOS É RESPONSÁVEL.

LIBERDADE PARA FLÁVIA



C.B.A. Este anúncio será publicado por este jornal até o dia da libertação de Flávia

luiz greenhalgh

Se algum parente seu foi morto ou está desaparecido processe o governo

A luta pela anistia, ao contrário do que alguns setores da oposição, no Brasil, vêm afirmando, não sofrerá um esvaziamento. Na nossa opinião, do CBA-SP, ela deverá, cada vez mais, ampliar-se, com base nos seguintes eixos políticos: 1º) libertação imediata dos presos políticos que ficaram fora do projeto de anistia restrita do governo; 2º) o acompanhamento e fiscalização do exercício dos direitos dos atingidos por este projeto, no processo de reversão aos cargos que ocupavam antes das punições; 3º) a intensificação da luta na elucidação da questão dos desaparecidos e esclarecimento dos casos dos mortos pela repressão; 4º) o fim da Lei de Segurança Nacional e 5º) a luta contra o sistema repressivo, ainda intocado neste país. É em cima destas 5 questões que a luta pela anistia deverá caminhar, colada no movimento popular daqui para a frente.

Para enfrentar a questão dos mortos, desaparecidos e da tortura, um dos eixos de luta pela anistia, os interessados devem tomar algumas iniciativas. No caso da tortura, que é considerada crime e é proibida por lei, qualquer torturado em dependência policial tem o direito e o dever de denunciar estas torturas e de requerer medidas judiciais que as comprovem. Duas são as formas de se provar que uma pessoa foi torturada: a primeira é a prova testemunhal, e a segunda são os exames de corpo-delito que atestem marcas, hematomas e ferimentos pelo corpo. Qualquer uma delas é suficiente para abertura de um processo judicial para a apuração e responsabilização dos torturadores.

É um dever denunciar

Na questão dos mortos, o estado é responsável pela integridade física daqueles que encarcerou. Assim, os familiares de uma pessoa que venha a morrer dentro de uma dependência policial têm o direito de responsabilizar a união pela morte.

O caso mais complicado é o dos desaparecidos. A Lei de Anistia dá um espaço para que os familiares das pessoas desaparecidas possam resolver os seus problemas de ordem pessoal, seus problemas de ordem material, abrindo a possibilidade de uma declaração de ausência oficial, que é um atestado de óbito disfarçado. De qualquer forma são muito poucas as possibilidades jurídicas de abertura de processo com relação aos desaparecidos. Há que existir, no mínimo, a prova testemunhal de que a pessoa estava presa e que, depois desapareceu ou a prova documental, no caso de isto ser possível.

A questão é jurídica, mas é essencialmente uma questão política. Aos familiares dos desaparecidos cabe intensificar as buscas, localizar informações, ver pessoas que foram presas nas mesmas circunstâncias, reconstituir os últimos passos dados pelos desaparecidos antes da prisão, ir aos cemitérios, verificar os nomes que o cidadão poderia estar usando, nomes pelos quais eles poderiam estar sepultados. A comissão de familiares dos Mortos e Desaparecidos de São Paulo, com esta persistência, logrou obter êxito. Encontrou no cemitério de Perus dois cadáveres de pessoas que estavam incluídas na lista de desaparecidos, como foi o caso de Luis Eurico Tejera Lisboa (sepultado como Nelson Bueno) e Denis Casemiro.

Como nos processos abertos pelas famílias de Vladimir Herzog, Manoel Fiel Filho e do jornalista Luis Merlino - todos mortos nas dependências da repressão - é preciso que as famílias das vítimas obtenham provas testemunhais de sua prisão para acionar o Estado, responsabilizando-o.

luiz soares

Chegou a hora de criar efetivamente o Partido dos Trabalhadores

Para todos os que acreditam na pertinência histórica e na necessidade política de construir um Partido dos Trabalhadores no país, é chegado o momento de dar o grande salto: passar da teoria à prática.

Chegou a hora de criar efetivamente o partido. Chegou a hora de abandonar as discussões de gabinete e ganhar as fábricas, Bancos, escolas, buscar as bases sociais que darão sentido e legitimidade ao partido.

Não há dúvida de que a luta por um P.T. corresponde aos reclamos dos próprios trabalhadores e assalariados e, nessa medida, vem ocupar um espaço seu, atender a uma demanda. Mas seria ingenuidade grave achar que um partido - sobretudo um partido de trabalhadores, com um projeto político de classe - possa nascer pela simples atualização automática, compulsória, das suas potencialidades.

Muito ao contrário: É preciso construí-lo. É preciso torná-lo uma questão familiar a todos os trabalhadores. É preciso explorar toda a sua originalidade, todo o seu caráter renovador, imprevisto, INAUGURAL, para deitar suas raízes profundas onde deve ser: na grande massa de trabalhadores e assalariados.

Em suma: é preciso torná-lo algo mais que uma bela idéia nascida da cabeça desta ou daquela mente iluminada. Caso contrário, estaremos preparando não um organismo de combate, não uma forma superior de luta operária e popular - mas um morto brilhante para um enterro de luxo.

Não existe receita para se construir o PT

Claro está, não existe receita para se construir um partido. E não convém subestimar os núcleos já existentes pró Partido dos Trabalhadores. Uma coisa, porém, é certa: só vamos construí-lo mediante a participação direta da massa trabalhadora, jamais de sua participação formal. E nada justifica a timidez com que se tem articulado o Partido, no que toca à participação das massas, no que toca à inclusão dessas mesmas massas na elaboração do seu projeto. Para usar uma imagem tradicional, mas possivelmente útil, trata-se de não esquecer em momento algum que estamos na luta por um partido dos Trabalhadores e não para os trabalhadores.

Daí a urgente necessidade de abrir as comportas e sair a campo no trabalho de sua estruturação. Não podemos, por outro lado, ficar à espera do gongo institucional para iniciar este trabalho. Temos que fazê-lo agora. A discussão sobre o partido, rigorosamente em todos os seus aspectos, deve chegar urgentemente às bases, às diversas categorias profissionais, ultrapassar os limites algo estreitos das diretorias de Sindicatos, dos grupos de intelectuais, etc...

Para isso, a meu ver, impõe-se, a criação de instrumentos de análise e propaganda da perspectiva classista que o partido pretende defender. Toda autonomia deve ser dada, igualmente, à constituição de núcleos pró Partido. Romper os limites das capitais, interiorizar e generalizar geograficamente o projeto do P.T. Atacar de rijo em todas as frentes de trabalhadores e assalariados. Assimilar as direções emergentes nos movimentos reivindicatórios, incorporar ao projeto também as formas de organização popular não institucionais: movimentos de bairros, contra a carestia, etc.

Não há receitas. Mas a luta contra a exploração do trabalho - em todos os níveis, inclusive o partidário - prescinde de receitas. Ela exige firmeza, criatividade e, essencialmente, a disposição de considerar que as direções (por melhores e mais brilhantes que sejam) não irão além das pernas sem a ampla participação das massas nos organismos comuns de luta.

antenor ferrari

O momento é de combate radical à conciliação palaciana

No regime capitalista em conjunturas de crise estrutural acentuada sua agressividade contra as liberdades democráticas parcialmente conquistadas pelas massas populares.

A presente conjuntura de ascenso do movimento reivindicatório dos trabalhadores brasileiros na luta pela sobrevivência ameaçada nesses anos todos de ditadura cruel do capital sobre o trabalho tem feito tremer as estruturas do poder discricionário que se cristalizou no país em 64.

A resposta do governo direitista que, por alquimia, procura institucionalizar sua dominação ilegítima, tem sido invariavelmente a mesma. Força e violência, traduzida pela prisão recente em regime de incomunicabilidade do líder Presidente do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre e de mais de uma dezena de dirigentes bancários, representantes da categoria que tratavam de cumprir seus compromissos dirigindo com amplo apoio das bases o movimento paretista por melhores salários.

Ao regime pouco interessou os motivos que levaram os trabalhadores a tais mobilizações. Interessou muito pouco se os bancários, são hoje, uma categoria explorada até o limite de sua resistência física e mental. Ao governo composto por empresários, como o Ministro Murilo Macedo, só interessou manter o lucro de 2.300% acumulado nos últimos anos pelos banqueiros à custa do empobrecimento acentuado dos trabalhadores em estabelecimentos bancários.

Tomando partido mais uma vez ao lado dos empresários, a pretensão de fazer cumprir a legislação mostrou realmente o sentido de sua proposta de redemocratização: a classe trabalhadora a margem da vida política e submetida à um controle rigoroso abaixo de uma legislação sindical prepotente e ditatorial.

Um não à mão estendida do general

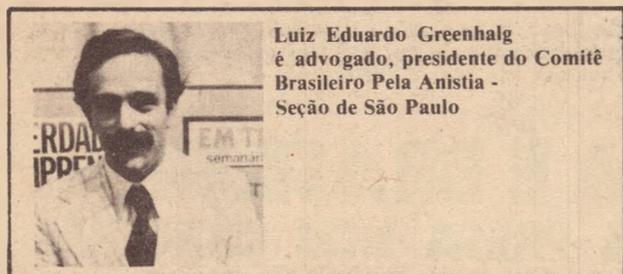
Cabe à oposição consequente posicionar-se intransigentemente frente à tirania do regime denunciando e apontando todas as suas manobras e arbitrariedades. O momento é de combate radical à conciliação palaciana e mistificadora do General Figueiredo. O momento é de um não resoluto à mão estendida do General que transforma-se a cada greve em mão armada de repressão.

Assim é necessário uma definição tática e estratégica em relação ao movimento dos trabalhadores expresso na efervescência das greves.

No plano estratégico é importante que tenhamos como norte a noção de que o direito à greve é o único direito material efetivo a que a classe trabalhadora pode recorrer no quadro do regime capitalista.

Toda legislação que vise regulamentar e portanto limitar o livre exercício do direito de greve, deve ser denunciada como sendo um atentado ao direito dos trabalhadores de cessar o trabalho quando as condições lhe pareçam inaceitáveis, isto é, deve ser denunciada como um passo para a instauração do trabalho forçado.

E no plano tático, é decisivo que nos posicionemos frontalmente contra as infrações a esses direitos, como as ocorridas recentemente com os movimentos grevistas de Porto Alegre, São Paulo e Rio de Janeiro. Está colocada para toda a oposição consequente a tarefa imperativa de uma mobilização nacional, pelo direito de greve. É questão fundamental para a classe trabalhadora e para o movimento sindical arrancar das prisões do regime militar todos os companheiros presos e conquistar, no seu movimento, a revogação de toda a lei que ampara o arbítrio e a prepotência.



Luiz Eduardo Greenhalgh é advogado, presidente do Comitê Brasileiro Pela Anistia - Seção de São Paulo



Luis Soares Dulci é professor, membro da diretoria provisória da União dos Trabalhadores no Ensino de Minas Gerais - UTE-MG



Antenor Ferrari é Deputado Estadual, pelo MDB do Rio Grande do Sul

A denúncia da ditadura e da exploração.

Uma completa cobertura operário-sindical do país.

Um verdadeiro time de oposicionistas opinando sobre a conjuntura. (Lula, Fernando H. Cardoso, Olívio Dutra, Amano Afonso, João Paulo Vasconcelos, entre outros)

A história da esquerda brasileira.

O debate dos grandes temas do marxismo.

São Paulo - Rua Marquês, Gr. 57 - Telefone: 250-4759 - 853-6680

Assine EM TEMPO: um jornal de esquerda ao lado dos trabalhadores

PROMOÇÃO ESPECIAL POR POUCOS DIAS

Nome _____ Profissão _____

Endereço _____ Bairro _____

Cidade _____ Estado _____ CEP _____

Desejo uma assinatura:

Estou enviando o cheque nº _____ ANUAL Cr\$ 600,00 ANUAL US\$ 90,00

do Banco _____ SEMESTRAL Cr\$ 350,00 SEMESTRAL US\$ 50,00

Arraes tenta a unidade das oposições

Recebido em Recife por uma massa de 70.000 pessoas no domingo, o ex-governador Miguel Arraes de Alencar, recém anistiado, começa a enfrentar as contradições internas às oposições brasileiras.

Com quem vai fechar e para onde irá é a grande questão.

Por Flávio Andrade

O exilado mais bem recebido

chegada de Arraes foi triunfal. Mais de mil pessoas presentes ao desembarque no Rio de Janeiro: de lá, diretamente para sua terra natal no interior do Ceará, a cidade do Crato, onde era aguardado por milhares de nordestinos; e em seguida Recife, onde discursou num comício para cerca de 70 mil pessoas domingo, 16, à noite no Largo de Santo Amaro: "as recentes greves começaram a dobrar os sinos pelo fim da ditadura", foi o recado do ex-governador.

Não há medida de comparação com os demais exilados que retornaram até agora. Brizola, por exemplo, apesar de toda a propaganda da imprensa, contando minuto por minuto sua reta final, ao lado de Arraes, em termos de recepção, ficou como um exilado anônimo.

Difícilmente alguém superará a marca de Arraes. Lá estavam todas as figuras de destaque da oposição brasileira. Dos liberais chamados sinceros, até a esquerda, todos se faziam representar, em meio à mobilização popular que produziu o maior comício político dos últimos tempos.

O governo tentou esvaziar como pode a recepção. As vésperas da chegada do ex-governador, Figueiredo anuncia uma verba extra de 10 bilhões de cruzeiros para combater as secas da região nordestina. Por outro lado a extrema direita

tentou semear o pânico. Pichações nos cartazes que anunciavam a chegada de Arraes — fora comunista — e panfletos denunciando a "mansão" onde se hospedaria o homem de "6 bilhões de rublos" e prometendo "acertos de contas" foram esparramados pela cidade.

Os organizadores da festa chegaram a pensar na possibilidade de algum atentado e ponderaram alternativas ao ato público massivo. Mas, no final das contas, concluiu-se que o perigo não era real; tratava-se de mais uma ameaça. E de fato, o comício, o auge da festa, transcorreu tranquilamente.

Com seu jeito manero, contudo, Arraes chegou sem provocações, apesar de firme e contundente na denúncia do regime, do governo e "destes quinze anos de política que retiraram o povo das ruas". A reação dos porta vozes do governo oscilou entre o "não disse nada de novo" e o "é muito natural e nada preocupante a volta do ex-governador".

Passada esta etapa da chegada triunfal, Arraes pretende agora, dentro de sua postura de escuta e ver antes de se posicionar definitivamente, percorrer vários pontos do país. E sua agenda já está cheia para os próximos meses, com viagens de norte a sul do país.



Arraes em Recife em 1963.

Já não se faz "Frentes do Recife" como antigamente

A "Frente do Recife" que surgiu em meados dos anos cinquenta indo até o golpe de 64, quando foi destruída, é a ponte que marcou a entrada de Miguel Arraes na política. Em 1955 a Frente, composta pelo Partido Socialista Brasileiro, por outros partidos menores entre eles o Partido Social Trabalhista — onde militava Arraes — pela ala trabalhista do professor Josué de Castro e pelo Partido Comunista Brasileiro, elegia Pelópidas da Silveira para prefeito da capital. Em 1958, a Frente amplia-se, e numa aliança com a burguesia elege Cid Sampaio para governador do Estado juntamente com Pelópidas para vice. Com o apoio deste último é que Arraes conquista a prefeitura da capital e logo depois em 1962, a governança do Estado, derrotando o usineiro João Ceofas. E sempre apoiado pela Frente, agora acrescida das Ligas Camponezas, que se mantivera unida através das mais variadas conjunturas políticas que o país vivera neste período.

Anteriormente "em 1948" Arraes já havia participado da Secretaria da Fazenda do governo de Barbosa Lima Sobrinho. E também já se elegera deputado estadual. Mas a marca mesmo de sua política vem é com a prefeitura e com o governo do Estado conseguidos através da Frente.

Nordeste: "comunistas" desde 1848

A tradição de lutas sociais no nordeste é antiga e profunda. Já em 1848, na Revolução Praieira, as autoridades acusavam os "praieiros" de quererem uma "lei agrária comunista". Mais de 100 anos depois, na luta contra a exploração dos usineiros e dos industriais, surgem as Ligas com a reforma agrária "na lei ou na marra", surge o método Paulo Freire de alfabetização de adultos e, sintonizada a nível nacional, a burguesia entra em pânico. O governo de Arraes, afinado com estas aspirações populares é

acusado de "querer fabricar eleitores em massa" e de estar a serviço da comunicação do país. Em outubro de 63 a Assembleia Legislativa do Estado tenta um "impeachment" contra o governador, mas que fracassa.

Era o prenúncio do golpe. Meses depois, em 1.º de abril de 64, o palácio das Princesas é cercado pelas tropas, Arraes é preso, deportado para a ilha Fernando Noronha, em seguida exilado e condenado a 20 anos de prisão.

O caráter de seu governo, como todos os da época, era populista, voltado para um sonhado desenvolvimento capitalista nacional que pudesse combinar-se com a liberdade e a justiça social em aliança com os setores progressistas da burguesia. Ao contrário de Brizola, Arraes contudo não tinha o poder do carisma, o que resultava num líder mais democrático e menos caudilhesco. Mais vinculado as oposições populares de base, e sem os rompantes, aparentemente violentos, provocadores, de seu rival gaúcho.

Os quinze anos de exílio de Arraes são extremamente discretos. Pouca notícia se teve dele ao longo deste tempo. É agora com a anistia que o ex-governador começou a se definir diante da realidade brasileira. Mas, de leve, ao contrário de Brizola. Desde a Carta de Argel escrita há poucas semanas no exílio, até os seus pronunciamentos últimos o que temos são princípios gerais.

O respeito e estímulo às mobilizações populares, o entendimento de que a política não é exclusivamente parlamentar, separa-o de cara da grande maioria dos políticos tanto de ontem como de hoje. No exílio, sabe-se que Arraes era duro ao referir-se à conduta moderada do MDB. E agora, aqui, não é tranquila a sua adesão formal ao partido, embora se solidarize com a oposição em geral.

Brizola: o MDB apossou-se de nossa herança

O 3.º Encontro Trabalhista, realizado domingo em São Borja sob a direção de Brizola, foi fraco de resoluções programáticas mas forte na ofensiva sobre o MDB com vistas a fundar o PTB.

Domingo de madrugada, encerrando-se o 3.º Encontro Trabalhista, realizado em São Borja, Brizola foi jantar ao som da música "Raita Macho" tocada em sua homenagem. No entanto, a conjuntura trabalhista não parece muito afinada com o tom da música.

A marca dos debates travados e da resolução aprovada — a "Carta de São Borja", é ofensiva: trabalhistas, criem vergonha e saiam do MDB, pois é hora de criar o PTB. A palavra de ordem é partir já para a criação de núcleos de militantes, com vistas a, em abril do ano que vem, realizar o congresso de fundação do partido.

Segundo Brizola, deve-se partir já para a disputa de espaço com o MDB. Até mesmo porque, a situação é clara como água: simplesmente trocaram as placas do PTB pelas do MDB; as cadeiras de muitos diretórios do MDB ainda são as do velho PTB, assim como as sedes, avalia Brizola. Dentro desta visão, os trabalhistas querem apenas recuperar o que julgam ser seu. Enfim, o problema se coloca como uma espécie de disputa pela herança, os trabalhistas avaliando que a força da legenda MDB se deve principal-

mente ao fato de ter nascido do PTB que, "aliás, foi quem forneceu o primeiro presidente do MDB" arremata um petebista.

Mas a Carta de São Borja é decepcionante no plano programático. Reafirma o PTB como um "legado" deixado pelo "imortal Presidente Vargas". Goulart aparece como "nosso inesquecível presidente" que "representa para nós, hoje, a síntese das lutas de nosso povo pela sua emancipação". No resto, é a repetição do já sabido, exceto na questão do socialismo que desta vez não apareceu. Mas Brizola, perguntado por um repórter respondeu: "O PTB pode ser socialista sem dizer que somos..."

Goulart: síntese das lutas de nosso povo

Enquanto isso, em Porto Alegre, os trabalhistas históricos se engalinhavam com os "científicos" — que é como agora se auto-denominam os neo-trabalhistas, mais à esquerda. E a chega-

Todos querem a benção de Arraes

Por outro lado, ao contrário dos liberais ou mesmo de vários autênticos, Arraes não tem demonstrado ilusões democratistas no sentido de apontar a redemocratização do país como uma panacéia para todos os males populares. Ele foi enfático no seu discurso de domingo ao dizer que "as oposições têm o dever de dizer que a redemocratização não resolverá por si só os problemas". Ela simplesmente vai abrir o espaço necessário para que o povo diga "que tipo de sociedade deseja e como quer construí-la". O que já é um grande avanço, ainda que Arraes não adiante o tipo de sociedade que quer, e prefira resguardar-se por detrás da postura de que está "aqui para aprender".

Esta situação levou a que se armasse agora, em torno do ex-governador, uma verdadeira briga pela sua preferência. São várias as reuniões que vêm se realizando, fechadas ou não, com cada um tentando puxar Arraes para a sua posição. De Teotônio Vilela a Lula, do MDB ao PT, passando pelo PC e pelo PP, Arraes escuta, pondera, mas não se decide por enquanto.

Continua simplesmente dizendo que defende uma frente das oposições, à luz dos princípios gerais apontados. No plano partidário, que é a questão chave hoje, Arraes oscila principalmente entre dois grupos: aqueles que querem a manutenção do MDB, e aqueles que desejam partir já para a formação de um partido mais popular, desde o interior ou não do MDB.

O Recife mudou. E o Brasil também

O MDB está longe de ser uma reprodução da Frente do Recife, com sua direção nas mãos dos moderados tipo Tancredo Neves e Ulisses Guimarães.

E a nível estadual, o jogo já está acertado, caso o MDB continue. O senador Marcos Freire será o candidato pela oposição ao governo do Estado em 1982; Jarbas Vasconcellos, hoje dirigente regional, certamente irá para a prefeitura da capital. E para a vaga aberta no senado, também em 82, há Armando Monteiro Filho, rico banqueiro e empresário pernambucano e responsável principal pelas ajudas financeiras ao partido.

Para Arraes, restaria portanto, uma simples cadeira de deputado federal. Na chamada "reunião dos cardeais", neste fim de semana em Recife, incluindo vários notáveis da oposição, tentou-se arduamente convencer Arraes a partir para uma campanha nacional massiva pela unidade do MDB. Mas em vão, ele achou que não convinha.

Portanto suas inclinações naturais estão mais para a alternativa de um partido popular. Mas este, igualmente, não conseguirá repetir a Frente dos anos do populismo. O PTB de Brizola já corre em raia própria e o PC está pela unidade do MDB. E no interior desta nova articulação popular, o PT já quer seu espaço para os trabalhadores, e sem patrões.

Os anos passaram e a realidade mudou muito. As forças que compuseram a Frente do Recife mudaram. Algumas desapareceram; outras transformaram-se; e novas surgiram. E mais: sendo hoje Arraes um político nacional e não estadual as frentes não podem mais estar calcadas em particularidades regionais. Tudo está a indicar portanto que das duas uma: ou muda Arraes ou muda a Frente. A história dificilmente se repetirá.

Governo vai proibir frente de oposições

Objetivo do governo é ter breve a reformulação partidária completada. A Lei Orgânica dos Partidos, que deverá se adequar à reforma constitucional do ano passado, está em fase final de preparação e deve ir ao Congresso Nacional ainda em outubro deste ano.

A Lei, além de especificar melhor as questões deixadas em aberto na reforma constitucional, deverá também produzir duas mudanças de vulto. De um lado, através de algum expediente jurídico até agora não divulgado, extinguir os atuais partidos, especialmente o MDB. Se bem que a este respeito haja uma polêmica, alguns como o senador Teotônio Vilela do MDB, dizendo ser isto algo impossível, no entanto, é inegável que o regime tem muita experiência em como encontrar fórmulas jurídicas para seus objetivos.

Mas além disto, a nova Lei Orgânica deverá, ao contrário do que se interpretou na época da reforma constitucional, proibir as coligações partidárias. O temor do governo é de que se formem alianças inter-partidárias para a disputa dos governos estaduais em 82. O que aumentaria em muito o risco de algumas derrotas importantes.

Assim, a dificuldade em se constituir frentes em torno de candidaturas estaduais, sempre natural, se transforma em impossibilidade total. O que, para tantos emedebistas que sonhavam com disputas deste tipo em 82, é uma razão a mais para a defesa da manutenção do MDB.

Recife: uma frente muito ampla para Lula

Luis Inácio da Silva, o Lula negou-se a ir receber Brizola no Sul, mas foi dar boas vindas a Arraes do Recife. No entanto, para o líder do PT, os conchavos do nordeste estavam amplos demais.

Por Flávio Andrade

Perguntando porque foi receber Arraes negando-se a fazer o mesmo com relação a Brizola, Luis Inácio da Silva, o Lula, respondeu: "porque o primeiro chegou como soldado enquanto que o segundo como general."

Mas de volta de Recife, Lula negava qualquer composição política, dizendo que o tipo de frente que estava sendo proposto por lá, nas reuniões que frequentou, era muito ampla para o seu gosto.

De fato, a polarização nos vários conchavos de Recife em torno a Arraes esteve entre, de um lado os defensores do MDB tal como ele se encontra hoje e, de outro, aqueles que defendem a formação de um partido popular que venha a incorporar desde os trabalhadores até o liberais — ou seja, um MDB depurado dos adesistas e dos moderados mais moderados.

Ambas as propostas portanto bem distantes daquilo que o Partido dos Trabalhadores tem pretendido até agora: um partido dos explorados, sem padrões portanto, e em luta contra a ditadura e o capitalismo.

No entanto nada é definitivo. O próprio Lula deixou claro que ainda terá outras conversas com Arraes, porque "conversa com muita gente não resolve nada". Ou seja, o líder sindical está encarando seriamente a espécie de "pacto de unidade" que se estabeleceu na semana anterior entre os defensores do PT e os parlamentares autênticos com vistas a uma ampliação de sua proposta partidária junto a outros setores oposicionistas. A ida a Recife teve este claro sentido, uma vez que lá estariam se desenvolvendo gestões ao redor de Arraes com vista à unidade das oposições populares.

Mas, ao que tudo indica, a boa vontade de Lula para garimpar adesões que permitissem romper o isolamento do PT a partir de cima, de lideranças parlamentares não foi o bastante. Pois pedia-se mais. Pedeu-se em Recife que, ele se dispusesse a integrar desde já uma ampla campanha massiva e popular pela unidade do MDB, disfarçada sob a roupagem de um protesto diante da ameaça de sua dissolução pelo governo. E isto seria impossível.

Enquanto isso, em outros pontos do país, continuava a tentativa de romper o isolamento do PT por baixo. Ao lado do processo, hoje praticamente contínuo e diário, de reuniões de lançamento e nucleação de militantes em

torno da proposta, o fato mais importante da semana foi a, praticamente já acertada, introdução do ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, José Ibrahim, na direção provisória da articulação pró-PT.

Por onde romper o isolamento

Ademais, está marcada para dia 26 próximo uma reunião da direção paulista do PT com uma vasta pauta. Pretende-se examinar e deliberar nesta data todo um plano de trabalho para o curto prazo que segundo algumas lideranças, deverá culminar em poucas semanas numa reunião plenária nacional de todos os militantes da articulação, algo como um mini-congresso. Pois, argumentam eles, "o regime está para resolver a questão partidária nestes dias sendo necessário portanto uma retomada daquela ofensiva que nos marcou até bem pouco."

De fato, a proposta do PT veio à tona não apenas na ofensiva, no começo do ano, mas também, e isto foi fundamental, como um rechaço radical ao estilo e ao conteúdo com os quais as oposições estavam tratando a questão da rearticulação partidária. Veio de baixo, e veio com um corte classista, em defesa dos explorados, até então ausentes das alternativas partidárias apresentadas pelas oposições.

Mas depois de uma primeira etapa de consolidação da idéia, logo que ela pegou, a articulação entrou numa espécie de compasso de espera, correndo o risco de não conseguir ir além disso e se transformar num mero café para a barganha com outras propostas partidárias.

Agora, parece que este perigo está superado, pois a palavra de ordem das lideranças é partir para a ofensiva tentando costurar privilegiadamente por baixo a ampliação. Esta por sua vez é que será decisiva, desde já, e cada vez de modo mais forte, para forçar adesões também por cima, desde o parlamento.

De toda forma, os autênticos do MDB ainda não apresentaram o documento que ficaram encarregados de elaborar como fundamento daquele "pacto de unidade" estabelecido, e que pretendia ser uma espécie de síntese entre a proposta do PT e a do partido popular. Até que a coisa vai ficar clara.

Afinal, o que é o Partido Popular?

Na verdade, o que há por trás da proposta de um partido popular são várias versões, que têm em comum simplesmente, avaliação de que uma clara definição pelos trabalhadores é inoportuna.

A trajetória da articulação chamada Partido Popular é a mais sinuosa dentre todas aquelas do assim denominado campo popular - PTB, PT e PP. A começar pelo fato de que, mais do que qualquer outra, ela não é única; na verdade tratam-se de várias propostas de um partido popular.

A primeira delas surge no começo do ano passado, em torno do ex-ministro do Trabalho de João Goulart, Almino Affonso, juntamente com outras lideranças de projeção em São Paulo, como Fernando Henrique Cardoso. Pretendia-se um partido de "novo tipo". O que fosse "popular" na sua composição social; isto é englobando "todos os assalariados" e não tendo portanto como categoria central o proletariado, tido como uma reminiscência teórica do século passado, estranha portanto ao capitalismo monopolista contemporâneo. Que fosse "democrático na sua estrutura interna de funcionamento bem como nos seus valores básicos." E que fosse "comprometido com a construção de uma sociedade socialista."

Popular, Democrático e Socialista

Ao longo de todo este período, apesar de várias vezes ensaiadas, a articulação contudo, nunca veio a público como tal, apesar do crescimento que logrou obter a nível de simpatias não somente em São Paulo como também em vários outros pontos do país. Faltou-lhe mais ousadia, avaliam hoje vários de seus integrantes. E assim a proposta flutuou meio que ao sabor das várias conjunturas, passando pela quase dissolução por volta das eleições parlamentares do ano passado, quando Fernando Henrique Cardoso candidatou-se com um apoio frentista da esquerda para o senado pelo MDB. Depois das eleições, a articulação revigorou-se, mas ainda indecisa em parte quanto às possibilidades de somar com os trabalhadores que Brizola rearticulava.

A partir do começo deste ano, ela sofre um sério desafio: a proposta do Partido dos Trabalhadores vem a público e na ofensiva. Mas mesmo assim, o Partido Popular Democrático e Socialista, como chegou a ser chamado não se decide pela explicitação de vez dos seus objetivos. Chega tão somente a ter como eixo privilegiado de debate a proposta desafiante do Partido dos Trabalhadores.

O que ocorre então é que o espaço que ocupava desde inícios de 78 pouco a pouco vai sendo tomado pelo PT, por um lado e pelo PTB por outro. E assim, o papel que o PPDS pouco a pouco passa a ocupar é aquele de fazer a ponte entre o Partido dos Trabalhadores cada

vez mais forte e os parlamentares autênticos de um lado, os trabalhistas de outro, como pretendia Almino Affonso. O auge deste processo se deu na chamada reunião de São Bernardo, de onde saiu uma comissão praticamente integrada pelos sindicalistas do PT, os parlamentares autênticos e articuladores do PPDS.

De lá para cá, em meio à indefinições, frouxeza orgânica, e zig-zags de cada uma das três partes, finalmente conseguiu-se mais recentemente acelerar o processo de discussões os articuladores do PPDS vendo chegar perto o tão sonhado casamento: a constituição de um grande Partido Popular, incluindo desde os trabalhadores até os liberais sinceros — na visão de Almino — e, que possa ser um forte concorrente às eleições de 82.

A versão da AP e do PC do B

A segunda versão do Partido Popular, formulada pela organização clandestina Ação Popular Marxista Leninista, -AP-, parte da visão de que este partido poderia ser a expressão institucional de uma ampla "Frente de Mobilização Popular" contra a ditadura, capaz de elevar ao plano político todo este movimento de massas que vem se desenvolvendo nos últimos anos. Ao contrário da versão do PPDS não se trata portanto de uma concepção estratégica do Partido Popular como agente final das transformações sociais, mas sim de uma expressão institucional de sua tática para o momento.

Se contudo, a AP nos seus últimos documentos, privilegia as articulações do PT como eixo constituição do Partido Popular isto não se deve a identidades táticas com as definições do PT como classista e já pelo socialismo. Mas sim ao fato de entender que este componente social que está à volta do PT é fundamental para dar de fato expressão popular - e não parlamentar, político tradicional - ao partido que se almeja.

Uma terceira visão do Partido Popular vem do também clandestino Partido Comunista do Brasil - PC do B. Diferentemente da AP, o PC do B, concebe o PP como uma expressão institucional como uma aliança popular ao pé da letra - como nas clássicas políticas de frente popular: desde os operários e camponeses até os setores da burguesia nacional em conflito com a ditadura e o imperialismo. E esta aliança, no caso, não é meramente para a consecução de tarefas táticas do momento, mas configura uma verdadeira composição de forças revolucionárias sintonizada com o caráter da transformação que se propõe para o Brasil: nacional e democrática.

Mas a situação crítica interna do PC do B, pode ter ultimamente alterado um pouco este modelo, colocando portanto uma incerteza relativa em qualquer caracterização mais precisa e definitiva.

O poder do democrático radical

Por fim há uma quarta versão, ou conjunto variado de versões, sobre o Partido Popular, que parte daquela heterogênea gama de parlamentares combativos, sem maiores aprofundamentos ideológicos, mas que se afinaram com o espírito de uma certa depuração do MDB que decanta de todas as propostas de um partido popular. Trata-se da consciência espontânea do democratismo radical da pequena burguesia.

O que há hoje em comum a todas estas versões, no entanto, é o fato de preferirem o corte pelo popular ao invés de pelo trabalhador. Ou seja ao invés do corte classista, contra a exploração capitalista, rebaixam o patamar das lutas atuais ao enfrentamento com a ditadura militar, sem maiores preocupações em vincular desde já a luta por liberdades democráticas com a luta pelo socialismo. No caso do PPDS há uma ambiguidade se deixamos de lado seus textos e tomamos as declarações de algumas de suas lideranças. No caso da versão da AP bem como do PC do B, avalia-se que a autonomia da classe trabalhadora na luta política é função não do PP, que é concebido como uma mera expressão institucional de uma política, mas sim da organização "revolucionária", hoje clandestina.

Contudo, todas estas facetas poderão quem sabe, não passar de questões insignificantes, pois na verdade, o poder de fato que a proposta tem apresentado até agora se deve muito pouco a estas teorizações particulares. Seu poder está de fato na enorme massa de deputados autênticos sem maiores definições ideológicas e que estão à busca de uma concepção partidária para entrarem no jogo da rearticulação vindoura.

E é justamente aí que está o perigo maior da proposta PP, pois uma coisa é trabalhar sobre a consciência espontânea dos trabalhadores - que é o que pretende o PT - e outra bem diferente é ter que ir a reboque do conjunto de parlamentares democratistas que é exatamente o que restou de expressão do período populista.

E o perigo é maior ainda (ver EM TEMPO n° 81), agora que os propoentes do PP parecem ter descoberto que a legenda PT está com força, e tratam assim de se acerrar-se dela, desde que com "algumas modificações".

Hora de definições para a esquerda clandestina

As modificações da conjuntura política brasileira resultantes da aprovação da anistia (ainda que restrita) e da iminente reformulação partidária a nível institucional têm repercutido profundamente na esquerda clandestina que parece estar vivendo uma hora de definições importantes. Pelo menos três questões ocupam o centro das preocupações de seus militantes e dirigentes:

1. as novas condições de luta, isto é, qual o ponto de equilíbrio entre clandestinismo e legalismo que deve pautar a ação das organizações;
2. a posição frente à reorganização institucional dos partidos;
3. as novas alianças a serem estabelecidas no campo da própria esquerda.

À primeira questão o conjunto da esquerda parece ter uma mesma resposta. Defendendo a liberdade de organização de todos os partidos e movimentos, a esquerda clandestina pretende atuar pragmaticamente, calibrando pouco a pouco suas aparições

públicas e dando novos passos conforme a evolução da luta política e, evidentemente, conforme a reação do governo. Já as definições sobre a questão partidária institucional não revelam a mesma unanimidade. O Partido Comunista Brasileiro e o MR-8 se mantêm firmes na tese do reforçamento do MDB como frente única das oposições. Há diferenças entre as posições dos dois, no entanto, na medida em que o "8" insiste na eliminação dos adesistas, a fim de "transformar o MDB em um partido popular", enquanto que o Partido não se revela tão rigoroso com relação à composição do atual partido oposicionista.

Em outro campo, se a adesão do Movimento pela Emancipação do Proletariado (MEP) à idéia de construir um Partido de Trabalhadores parece adquirida, a posição da Ação Popular é mais complexa. Inicialmente a AP havia levantado a tese da necessidade de formar um Partido Popular (PP), que teria, segundo seus patrocinado-

res, a virtude de ser "mais amplo" do que o PT além de se constituir em um instrumento mais adequado a uma política cujo centro deveria ser a luta contra o regime. Sem separar democracia de socialismo, a AP via com certa desconfiança a ação de alguns articuladores do movimento pró-PT que, pon-do muita ênfase em sua dimensão classista que passam hoje em grande medida pelo quadro institucional, ainda que não somente por ele. Esta posição sofre agora algumas modificações por pelo menos três razões: uma reavaliação que a AP faz da significação do PT, o fato de que por detrás do projeto PP se estavam reunindo as forças mais disparadas possíveis o que diluía o conteúdo que a AP queria lhe dar e a necessidade de perfilar um campo que faça frente a uma "ofensiva reformista" que se anuncia por parte de setores da esquerda clandestina. Este aspecto, do problema, especialmente, estaria conduzindo a Ação Popular a uma definição que substancialmente privilegiaria o Partido dos Trabalhadores, ainda que

a expressão desta opção passe por algumas mediações práticas.

A "ofensiva reformista" que não só a AP mas outros setores da esquerda vislumbram como imediata, está vinculada ao reforçamento que o PCB deverá experimentar com o retorno de seus dirigentes que se anuncia como iminente, além de toda uma política de aproximação deste com outros setores da "esquerda clandestina". O documento do CR de São Paulo, publicado esta semana pelo Jornal da República esboça esta abertura para o que o "Partidão" chama de "ultraesquerda", o que para muitos não é outra coisa senão o MR-8 e alguns setores que gravitam em torno deste.

O MR-8 deverá participar como observador do VII Congresso do PCB e muitos de seus dirigentes sonham com uma aproximação com o Partidão, para formar um "verdadeiro partido dos comunistas". Esta articulação poderia ser reforçada não só pela adesão da pequena União Comunista (UC),

que há tempos defende uma política convergente com o PCB mas também por despreendimentos do PC do B, organização que se encontra hoje submetida no seu interior a fortes tensões centrífugas.

Além a situação do Partido Comunista do Brasil, para muitos a organização de esquerda que dispõe de mais militantes no país, é igualmente complicada. Um sem número de questões são hoje objeto da discussão dentro do PC do B, provocando a formação de várias tendências. O que parece unir no entanto as oposições à direção atual é a crítica ao funcionamento interno da organização e sobretudo as violações ao centralismo democrático por parte dos dirigentes. Como esta luta interna vai terminar ainda é prematuro fazer suposições, mas o certo é que quase todas as forças da esquerda clandestina se apresentam com candidatas ao espólio do PC do B, muito embora pareça precipitado dizer que o doente entrará em agonia.

(MAG)



Bahia: violência no campo

A violência corre solta, no interior da Bahia, onde os interesses dos proprietários de terra, amparados — e incrustados na máquina policial — semeiam o terror entre os trabalhadores rurais. É o que vem ocorrendo, por exemplo, com perto de dois mil posseiros ameaçados de expulsão das terras que ocupam — alguns há mais de 50 anos — no município de Iaçú, localizado à margem da rodovia BR-242 (Salvador — Brasília), a 250 Km da capital. Os posseiros, estão sendo vítimas das arbitrariedades encomendadas pela família Medrado que disputa com a família Magalhães a propriedade de 200 mil hectares de terra, na região. Além da utilização de jagunços, que queimam casas e propriedades dos trabalhadores — como ocorreu, em fevereiro deste ano, como presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Iaçú — a família Medrado conta com a eficiente colaboração da Polícia. É que, valendo-se do fato de um de seus membros — Edgar Cavalcanti Medrado — o atual chefe da Polícia Metropolitana de Salvador, os Medrado conseguiram que fosse enviada uma tropa de 50 homens

para Iaçú (sob a alegação de que os posseiros poderiam estar tramando atentados contra membros da família).

E a ação dos "macacos" como eram chamados pelo falecido capitão Virgílio Ferreira, não se fez esperar: no começo do mês, sem justificativa alguma, prenderam 13 trabalhadores, em suas roças, conduzindo-os algemados, à cadeia de um município vizinho, Itaberaba. Lá, sem comer e beber, passando frio durante a madrugada, os trabalhadores foram exaustivamente interrogados, sendo liberados somente após a ação do Sindicato que, através do advogado Herbert Silva Bispo Reis, recorreu à Justiça.

Aliás, além dos trabalhadores, o próprio advogado está na mira dos grileiros: constantemente vigiado por policiais e prepostos dos Medrado, já teria sido jurado de morte. Com isso, os donos de terra — não só buscam intimidar os posseiros, como ameaçam repetir o que aconteceu a 22 de setembro de 1977, quando mataram, em Santa Maria da Vitória, um colega de Herbert, o advogado Eugênio Lira.

A luta das mulheres

A participação das mulheres nas lutas populares começou a aumentar, nos últimos tempos. Organizando-se nas vilas e bairros, assumindo a maior parte das tarefas no Movimento Contra a Carestia, elas não hesitam em combater ao lado dos trabalhadores, apoiando e atuando ao seu lado em suas mobilizações. Em muitos casos, como durante a greve da Construção Civil, em Porto Alegre, elas integraram os piquetes, chamando os fura-greves às falas. Aqui, o depoimento de três piqueteiras gaúchas.

Célia Maria, da Vila dos Comerciantes: "Sem nós o governo não é nada. As mulheres estão contribuindo, ajudando o marido, mostrando para muitas donas de casa que quando o marido estiver numa ruim, elas tem que participar. Inclusive, mostramos para as mulheres de nível mais alto, que sem a mulher no meio dos homens, eles não crescem e elas também não podem fazer nada sem eles. No nosso meio é uma união só, todas participam."

Fomos com um grupo de 11 mulheres — todas grávidas — parar três obras, onde alguns homens trabalhavam. Eu inclusive, passei mal, acabei abortando a criança, fui para a Santa Casa, mas estou aqui de pé, porque a gente não pode fracassar. Eu acho que o governo tem que olhar um pouco para nós, tem

que parar com essa brincadeira, pois sem nós eles não são nada".

Maria Lúcia, de Vila Santa Isabel: "Eu vou por aquilo que me toca mesmo, no fundo. Como a carestia é uma coisa que todos sentimos, resolvi também participar, pois a nossa vila é muito pobre e eu encontro as mesmas necessidades, em todas as famílias. Inclusive, dou uma de assistente social na vila, já pedimos uma e ela não veio. As mulheres, que ficam em casa, tem mais condições de saber dos problemas, do custo de vida e, por isso, podem participar mais. As mulheres estão reagindo, participando bem. Inclusive, estou aprendendo muita coisa com elas, experiências que eu nem tinha antes, coisas que não sabia que estavam acontecendo. O que falta é mesmo é tempo para nos organizarmos".

Maria Jacinta, de Vila São Vicente — "Eu sou mulher e não sou porcaria. Trabalho de ferro velho, nas ruas, cantando coisinhas para ganhar dinheiro. E meu marido tem uma tendinha e é pintor de paredes, cada um ajuda um pouquinho, temos que sustentar quatro crianças no colégio. A coisa tem que melhorar, tem que crescer para cima e não para baixo. Na Vila fizemos tudo junto: de lá eu não saio. Esse movimento aí, fique sabendo, Deus vai ajudar, pois tem que melhorar".

Construção Civil Faltou centralização na greve

Na quarta feira, dia 12, as radiais de maior audiência, em Belo Horizonte, divulgaram, insistentemente, uma nota paga pelo sindicato patronal da Construção Civil dirigida aos trabalhadores e à população, comunicando que, ainda naquela semana, eles pagariam os salários dos pedreiros: Cr\$ 3.120,00 para os serventes e Cr\$ 4.800,00 para os pedreiros. Na mesma nota, afirmavam que não poderiam cumprir a decisão do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) — que concedeu Cr\$ 3.600,00 para os serventes e Cr\$ 6.500,00 para os pedreiros, pois isso poderia "levar várias construtoras à falência, criando desemprego em massa". Enquanto isso, cerca de 10 mil trabalhadores estavam em greve, outros faziam operação tartaruga.

Entretanto, a greve dos trabalhadores não conseguiu generalizar-se, reprimando o que ocorreu em agosto, quando a categoria parou totalmente. Desta vez,

não havia nenhuma direção centralizada, enquanto a própria polícia organizava os seus piquetes ostensivos nos principais focos de greve, forçando a volta ao trabalho, ao mesmo tempo em que dispersava, com gás lacrimogênio, concentrações de grevistas. Mesmo com o governo liberando o antigo estádio do Atlético, o pelego Francisco Pizarro, se negou a convocar uma assembleia do Sindicato: como ele mesmo confessou a jornalistas, temia que se desencadeasse nova greve. Com o movimento se esvaziando, o temor patronal e "pelegal" de uma nova greve parecia desaparecer. Ao mesmo tempo, começavam as demissões: 120 pedreiros receberam o bilhete azul na Construtora Melo Azevedo.

Vigilantes Também a lei é descumprida

Como o piquetão já anunciou, os patrões das empresas de segurança de BH não estão querendo mesmo pagar o que devem aos trabalhadores, conforme o acordo estabelecido, depois da greve que paralisou a categoria (piso salarial

de Cr\$ 5 mil). Os patrões se ampararam numa cláusula que conseguiram impor aos grevistas e que dizia que o acordo entraria em vigor "desde que aceito pelos bancos". Com isso, eles passaram a bola adiante e, como os bancos se negassem a aceitar majoração nos serviços que as empresas de vigilância prestam, acabaram não pagando o que deviam. Mas os patrões não contavam com o parecer do relator do processo na Justiça do Trabalho, Gustavo de Azevedo, que veio bagunçar o coreto: como os bancos não integram o dissídio — que era entre as empresas de segurança e os vigilantes — eles não tinham que dar palpite nenhum. E os patrões então recorreram aos TST (Tribunal Superior do Trabalho): como a decisão não aconteceu antes do dia do pagamento, eles pagaram os da vigília com os antigos salários. Furiosos, os trabalhadores que já realizaram duas assembleias (na do dia 14, sexta feira, tinha duas mil pessoas) resolveram dar o prazo até o dia 24 para obter uma resposta, pressionando a diretoria da Associação dos Vigilantes que tudo fez para impedir que no próprio dia 14 a greve saísse. Na mesma ocasião, foi resolvida a eleição de uma comissão de negociação, composta por cinco membros, que substituiu a antiga, toda ela demitida de seus empregos.

Enfermeiros A paciência se esgota

O uniforme é branco, mas o problema é o mesmo: os enfermeiros de BH também enfrentam situação idêntica a dos vigilantes (burguesia safada, essa mineira). Praticamente nenhuma cláusula do acordo firmado na DRT cumprida: 40 por cento dos grevistas — inclusive o comando de greve foram demitidos. Em princípio — segundo o acordo — os enfermeiros receberiam um aumento de 50 por cento e que deveria ser ampliado, a partir das discussões de uma comissão formada entre os empregados e patrões, num prazo de 60 dias. O prazo passou, os patrões continuam enrolando, mas os enfermeiros não estão parados: além de reuniões diárias e abertas no sindicato, eles criaram uma série de comissões (pró-sindicalização, de representantes de hospitais, de demitidos e dos direitos da mulher". O movimento já ganhou a adesão da Associação Brasileira de Enfermagem, do Conselho Regional de Enfermagem e dos alunos das faculdades de enfermagem da Universidade Federal e Católica. E os de branco, trabalham, mas também se divertem: para juntar dinheiro, estão realizando concorridos bailes, onde o pessoal arrasta o pé e colabora com o fundo de greve. A próxima será no dia 21, sexta, na Discoteca Tio Sam, no bairro de Padre Eustáquio.

Demissões Maluf apronta na SEADE

Maluf continua com sua política de perseguição ao funcionalismo público: agora, é de 76 funcionários da SEADE — Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados, as primeiras de uma "razzia" que deverá reduzir de 276 para 100 o número de seus empregados. A alegação é de falta de verbas, muito curiosa, principalmente partida de um governo que pretende construir uma nova capital no interior do Estado e sair fazendo buraco no solo, em busca de petróleo. Não adiantou nem a aparentemente equivocada boa vontade dos funcionários da Fundação, que propuseram reduzir o seu salário em 25 por cento e a jornada de trabalho, para contornar a situação. Não tem papo, Maluf corta. Da mesma forma, os funcionários, que denunciam fortes pressões da diretoria administrativa obrigando-os a assinar suas cartas de demissão, a intimidação policial — agentes do DEOPS ficam parados o dia inteiro na frente da sede da entidade — mostram o total esvaziamento da Dire-

toria de Planejamento, restrita hoje apenas à pessoa do seu diretor. Os demitidos já denunciaram o fato aos curadores da Fundação, exigindo um fim à "degola".

Ato público Os médicos contra as fraudes

Dia 20, quinta feira, às 20 h 30 é a vez de todo piqueteiro protestar junto com o movimento de Renovação Médica, contra a fraude que ocorreu nas eleições para a Associação Paulista de Medicina e Associação Médica Brasileira, realizadas no último dia 30 de agosto. Naquela ocasião, a diferença foi de apenas 5 votos para a chapa da situação, chamada Integração Médica, o que motivou pedido de recontagem, de parte da oposição. "Atendido", na maior moita, com violação de urnas e tudo, eis que ocorre o milagre: não só o número de votantes misteriosamente diminuiu, como ao mesmo tempo, aumentou a diferença em favor da chapa oficial, para 769 votos. Além de confirmar a vitória na Associação Paulista de Medicina, permitiu aos pelegos vencerem na ABM. O local do protesto é o Palácio Mauá — Viaduto Dona Paulina, 80.

Acordo Voltam ao trabalho em PA

Até que enfim, um dirigente líder sindical saiu nos braços da categoria, depois de um acordo. É o que aconteceu em Porto Alegre, onde os vigilantes carregaram em triunfo o líder da categoria, Ari da Silva após obterem, por decisão do TRT, um piso salarial de Cr\$...... 4.100,00. Além disso, os 12 mil vigilantes gaúchos obtiveram três meses de estabilidade para todos os trabalhadores, uniforme gratuito e seguro de vida de Cr\$ 200 mil.

Padeiros A mobilização fermenta

Os padeiros de São Paulo, reunidos em duas assembleias gerais na segunda, 17, resolveram aderir ao índice proposto pela Unidade Sindical, reivindicando dos patrões um reajuste de 50 por cento (com um mínimo de Cr\$ 3 mil) e piso salarial de Cr\$ 6.104,00. Os padeiros, além de uma certa indiferença da categoria (somente 110 pessoas estiveram presentes às duas reuniões, de um total de 30 mil trabalhadores na categoria), deverão contar com a repressão patronal/policial em sua mobilização: na sexta, 14, vários trabalhadores, entre eles o secretário do Sindicato Afonso dos Santos Souza, foram presos em frente a padaria Lua Nova S.A.

Professores Contra-proposta rejeitada

Por ampla maioria de votos, a assembleia dos professores do ensino privado do Rio Grande do Sul, que reuniu 250 participantes, resolveu rejeitar a contra-

proposta apresentada para pelos patrões do ensino o 1º salarial, a conversa mole dos donos das escolas não podia agradar: os do 1º e 2º propuseram apenas 15 por cento, enquanto os das universidades ofereceram ainda menos, lo por cento, compensáveis no próximo dissídio. Os do quadro negro e do giz resolveram então, marca uma nova assembleia para o dia 29, quando estudarão nova contra-proposta dos patrões, caso eles se disponham a melhorar a oferta.

Mineiros Vitória na Grande Criciúma

Os mineiros do carvão das cidades da Criciúma, Urussanga, Siderópolis e Lauro Muller conseguiram significativa vitória, após uma greve que paralisou totalmente a categoria durante quatro dias: obtiveram 25 por cento dos 30 por cento de reajuste pleiteado.

Tupi Associados não pagam

Os Diários e Emissoras Associados, continuam sua velha tradição: pagar seus credores e principalmente funcionários é coisa que não costumam fazer. Mas desta vez, se deram mal: quase que maciçamente, os trabalhadores de Rádio e Televisão Tupi, em São Paulo, partiram para a greve, única forma de receberem algum dos herdeiros de Chateaubriand.

Última Hora Pizarro provoca eleições

O piquetão estava fechado quando chegou a notícia: o pelego Francisco Pizarro, na maior surdina, convocou através do Diário Oficial de Minas Gerais, do dia 17, eleições para dentro de 20 dias, no sindicato da Construção Civil de Belo Horizonte.



Apoie a Oposição na Campanha Salarial dos Metalúrgicos

A campanha dos metalúrgicos de São Paulo por um aumento de 83% está a todo vapor. Nela, a atuação da Oposição Sindical unida tem um papel decisivo para impedir que os pelegos novamente imponham os interesses dos patrões à categoria. Colabore com a Oposição, enviando contribuições para ajudá-la a sustentar esta luta. REMETA QUALQUER QUANTIA EM DINHEIRO OU CHEQUE NOMINAL à EDITORA APARTE S/A, rua Mateus Grou, 57 — Pinheiros — Cep 05415 — São Paulo — SP.

CHEGARAM!

Lugar de
trabalhador
é ao lado
de seu
companheiro



Hercules Correia, Luis Tenório de Lima, Lindolfo Silva chegam em Congonhas, no dia 29.

DIA 29 DE SETEMBRO - AEROPORTO DE CONGONHAS - CHEGADA DOS DIRIGENTES SINDICAIS QUE RETORNAM DO EXÍLIO

Não deixe de comparecer, sua presença é importante!

Oposição fez barba, cabelo e bigode em SP.

A unidade sindical se faz nas bases, mostraram os metalúrgicos de Osasco e São Paulo ao aprovarem em assembléia suas propostas de 83 por cento de reajuste, impondo derrota às direções de seus sindicatos.

Tendo em vista a proximidade do início da campanha salarial dos empregados da indústria metalúrgica, mecânica e do material elétrico da capital, Osasco e Guarulhos, transmitimos abaixo as instruções básicas objetivando uniformizar o procedimento de todas as empresas da categoria.

1) Nenhum acordo salarial deverá ser feito isoladamente, pois a experiência passada demonstrou que o resultado é sempre melhor e mais equilibrado quando realizado a nível de sindicato. 2) Horas paradas em hipótese alguma deverão ser pagas, pois se constituem em forte elemento para incentivar e fortalecer futuras paralisações. 3) Não deverão ser abertos precedentes na concessão indevida de tópicos críticos ou não amadurecidos, uma vez que os mesmos poderão a carrear comprometermos irreversíveis. 4) Deverá haver participação sobre a matéria salarial e trabalhista em relação aos procedimentos que forem adotados por esta entidade, devendo as empresas manterem estreita relação com o seu sindicato patronal. 5) a união e coesão de esforços deverá ser o objetivo de todos, o que inclui o oferecimento de quaisquer tipos de sugestões, por assim poder-se-á manter a tranquilidade social tão desejada por todos nós (de um relatório confidencial distribuído pela FIESP as empresas alinhadas no Grupo 14).

Os patrões mais uma vez não dormem no ponto, como mostra o documento lido perante os 1.500 trabalhadores que compareceram à assembléia dos metalúrgicos de São Paulo, realizada no dia 16. E tal como no ano passado, se preparam para enfrentar a mobilização operária. Talvez por isso, não pareçam muito bizarros os títulos que o Cine Piratininga, "o maior do mundo", anunciava para logo depois do final da assembléia: "Maciste Contra os Bárbaros", e "Par ou Impar", com a dupla Terence Hill e Bud Spencer.

Enfrentamento ou simples joguinho de salão, tudo vai depender da força que a categoria conseguir acumular e o grau de organização alcançado nas últimas semanas e de que sejam ou não capazes de impor aos patrões do grupo 14, os 83 por cento de reajuste para todos sobre os salários de maio (sem desconto da antecipação, portanto) e piso salarial de Cr\$ 7.200,00 que a Oposição Sindical conseguiu aprovar na assembléia, vencendo à Santa Aliança formada pelos pelegos e seus novos amigos no Sindicato.

A Unidade "dançou"

Tudo estava preparado para fazer que a proposta articulada pela chamada "Unidade Sindical" — 50 por cento de reajuste, com um mínimo de Cr\$ 3 mil e mais Cr\$ 6.104,00 de piso salarial — fosse aceita pelos trabalhadores. Folhetos cuidadosamente preparados apresentavam tabelas em que mostravam as "vantagens" dos trabalhadores lutarem por essas reivindicações. "já aprovadas pela assembléia de Guarulhos", na sexta anterior. Sem dizer, é verdade, que essa aprovação foi conseguida na marra, mediante manobras de todo o tipo (inclusive teve gente que se fez passar por membros da Oposição Sindical de São Paulo e que estaria apoiando a "Unidade Sindical"). Assim até causou espanto a tranquilidade com que o Joaquim Andrade aceitou ser derrastado no índice

(será que vem manobra logo em seguida?). E que tenha concordado com outra proposta aprovada, apresentada pela oposição: formação de uma comissão de mobilização encarregada de dirigir a campanha e que congregasse representantes das quatro regionais em que foi dividida a capital (Norte, Sul, Leste e Oeste).

Comissão de Negociação

Confiando naquele ditado que diz que "quem madruga Deus ajuda", os metalúrgicos não esperaram muito para reunir a comissão. Na terça-feira, 18, cerca de 190 trabalhadores compareceram ao sindicato, quando resolveram estruturar os primeiros passos da campanha. Por exemplo, elegeram uma comissão de redação encarregada de elaborar os documentos e boletins da campanha, além de uma comissão de negociação, composta de 16 membros, que, juntamente com a diretoria, deverá encaminhar as discussões com os patrões.

Osasco

Em Osasco, embora a assembléia tivesse sido realizada no mesmo dia, na sede do sindicato, os resultados, pelo menos na parte organizativa foram bem diferentes dos da capital. Cerca de 400 trabalhadores ficaram discutindo durante horas a fio, as propostas da diretoria (Unidade Sindical) e das oposições (83 por cento de reajuste). A balança só pendeu decisivamente para o lado da última alternativa, com a chegada de representantes da Oposição Sindical de São Paulo, que levavam os resultados da assembléia da capital, que terminara um pouco antes. Mesmo com a proibição de que os metalúrgicos de São Paulo dessem o informe, partida da mesa que dirigia os trabalhos, o plenário acabou sabendo da vitória do índice de 83 por cento, acabando por aceitá-lo também.

Mas, se o índice é o mesmo, nem comparação com os encaminhamentos organizativos. Em Osasco, simplesmente não houve. Não foi tirada a organização por regiões, não se nomeou comissão de mobilização, não se definiu quem negociaria com os patrões, etc.

Apoio à Oposição

Se fazer passar as propostas não foi tarefa das mais difíceis - no caso de São Paulo pelo menos - isso não significa que daqui para a frente seja tudo uma moleza. E aí que as coisas se complicam. Por isso, a Oposição Sindical Metalúrgica está convocando para o próximo dia 22, às 15 horas, na Igreja do Carmo, um encontro com todas as organizações comprometidas com as lutas populares (Associações de bairro e claudistas, Clube de Mães, Grupos de Mulheres, Pastorais, entidades estudantis, etc) capazes de auxiliá-la durante a campanha, colaborando na arrecadação de recursos (dinheiro, carro, papel, aparelhagem de som, etc) e a organização de um Fundo de Greve. Além disso, esse apoio poderá ser dado sob a forma de divulgação nos bairros, fábricas, e escolas, de todo o desdobramento da luta da categoria, contrabalançando a propaganda que os patrões e o governo farão contra ela, junto à população, através da utilização dos meios de comunicação que controla.



Um, dois, três: queremos oitenta e três, a assembléia aprovou a proposta da Oposição Sindical, em São Paulo (foto) e Osasco.

Metalúrgicos do Rio: Um ensaio geral.

A história e as lições da greve dos 250 mil metalúrgicos cariocas, que os patrões combateram, a polícia reprimiu e a grande imprensa praticamente silenciou. Um ensaio para as grandes lutas da categoria, em todo o país, neste segundo semestre.

Por Jorge Ricardo S. Gonçalves e Marcelo Beraba

Durou seis dias a primeira greve geral dos metalúrgicos do Rio desde 1964. As avaliações feitas indicam que foi uma greve vitoriosa — apesar das artilhanhas e manobras patronais e da ação policial. E verdade que o aumento conseguido, 75 por cento para os que ganham até três salários mínimos menos os 30 por cento do abono adiantado em julho, ficou distante dos pretendidos 83 por cento para todos, sem desconto. Mesmo assim, um velho metalúrgico já riu e com a fisionomia cansada dos dias de piquete e das noites mal dormidas, ainda tinha força para gritar para a peãozada: — Eu saio desta greve com a cabeça erguida, vitorioso. F com vontade chorar. — Depois de 15 anos de porrada — lembrava um peão numa das assembléias — a classe metalúrgica do Rio se levantou. E é pra nunca mais cair!

Balanco

Um primeiro balanço da greve mostra que, entre perdas e ganhos, o saldo foi positivo. As grandes metalúrgicas e os estaleiros foram totalmente paralisados. Piquetes com 300-400 peões deixavam a sede do sindicato, no Largo do Pedregulho, ainda na 3ª feira (dia 11), quando foi decidida a greve.

As pequenas e médias empresas — o grosso do parque metalúrgico do Rio — pararam aos poucos, principalmente a partir do segundo dia, surpreendendo as próprias lideranças. Os piquetes funcionaram até sexta-feira ainda com um grande número de peões, geralmente rapazes recém-chegados ao mercado de trabalho, muitos deles ainda estudando. A disposição de luta e seriedade, superaram sua inexperiência.

Os empresários, surpresos com a adesão massiva dos trabalhadores, partiram para a "guerra psicológica". Antônio Carreira, dono da Induco e principal negociador patronal, anunciava que a greve tinha sido um fracasso na quarta-feira de manhã e que só se ampliaria à tarde, porque os próprios patrões dispensaram seus empregados «para preservar o patrimônio das fábricas e a integridade física dos trabalhadores».

O desenrolar da greve e o enfraquecimento dos piquetes mostraram, ao contrário, que o movimento cresceu pela adesão espontânea dos metalúrgicos. A maior evidência disso foi que, na segunda-feira, coma a decretação da ilegalidade da greve e os empresários garantindo que suas empresas funcionariam normalmente, além da ação policial contra os piquetes, 85 por cento das fábricas não trabalhavam.

radicalização

— Esta greve foi um soco na boca do estômago, um muro na cara dos patrões, dizia mais tarde o representante patronal.

Diante do fracasso das negociações, os patrões apelaram para a Justiça do Trabalho, pedindo o julgamento imediato do dissídio coletivo, ameaçando com isso, os grevistas com a ilegalidade da greve, a intervenção no sindicato e a imposição do índice oficial, que é de 46 por cento para este mês. Mas as intimidações não surtiram efeito: mesmo a brava da diretoria não apareceu, ficando a impressão de que ela apenas emprestou o sindicato, centralizou o fundo de greve e encabeçou as negociações com os patrões.

O distanciamento diretoria/base acabou ficando evidente na assembléia de domingo de manhã. A tendência da diretoria era aceitar a nova proposta patronal de 75 por cento para os que ganham até três salários mínimos e decretar o fim da greve. Os cinco mil trabalhadores presentes recusaram novamente, por unanimidade, continuando a exigir 83 por cento para todos. E a greve continuou.

Ao mesmo tempo, uma reunião entre empreários e a Secretaria de Segurança selou um compromisso entre os que mandam: as fábricas funcionariam, os piquetes seriam dissolvidos e os grevistas presos. A ordem era "botar pra quebrar". Por isso, os grevistas saíram daquela assembléia certos de que a segunda-feira seria decisiva. E foi.

A luta continua

Os piquetes começaram a falhar na madrugada, evidência de que apesar da disposição de luta e do comparecimento massivo às assembléias, eles não se renovaram e não cresceram: quem vinha desde a quarta anterior não aguentava mais o ritmo desgastante do movimento. Os piquetes que se formaram foram dissolvidos por uma polícia violenta. Até o final da tarde, 25 metalúrgicos tinham sido presos e



Assembléia que decidiu a greve dos metalúrgicos do Rio: as máquinas pararam.

trabalhadores presentes (número superior à da primeira assembléia, que era de 10 mil) foi não aceitá-la e convocar outra assembléia para o domingo de manhã. De nada valeram as tentativas de alguns dirigentes que usaram o advogado do sindicato como boi de piranha — para parar a greve. As vaías convenceram os dirigentes que os trabalhadores queriam continuar a greve.

O peão no comando

O Grande Rio (exceto Niterói, que pertence a outro sindicato e a Fiat, que tem dissídio em outra data) foi dividido em 13 áreas. Em cada uma era formada uma comissão de salários, que fazia os contatos com o sindicato, promovia o trabalho de agitação e conscientização nas portas e dentro das fábricas e organizava os piquetes. Além dos peões jovens, que ganhavam salário mínimo, as mulheres metalúrgicas e esposas dos grevistas também engrossavam os piquetes nas madrugadas.

Dali é que saiu a efetiva direção da greve, já que a diretoria do sindicato — particularmente seu presidente — haviam se desgastado, desde a greve da FIAT. Acusada de imobilista, ausente das fábricas, de não abrir espaços para a organização pela base.

Estas críticas cresceram durante a greve: os peões não viram seus dirigentes nos piquetes (com raras exceções) e cobravam nas assembléias. O trabalho da diretoria não apareceu, ficando a impressão de que ela apenas emprestou o sindicato, centralizou o fundo de greve e encabeçou as negociações com os patrões.

O distanciamento diretoria/base acabou ficando evidente na assembléia de domingo de manhã. A tendência da diretoria era aceitar a nova proposta patronal de 75 por cento para os que ganham até três salários mínimos e decretar o fim da greve. Os cinco mil trabalhadores presentes recusaram novamente, por unanimidade, continuando a exigir 83 por cento para todos. E a greve continuou.

Ao mesmo tempo, uma reunião entre empreários e a Secretaria de Segurança selou um compromisso entre os que mandam: as fábricas funcionariam, os piquetes seriam dissolvidos e os grevistas presos. A ordem era "botar pra quebrar". Por isso, os grevistas saíram daquela assembléia certos de que a segunda-feira seria decisiva. E foi.

levados para do DPPS. Os pontos fracos do movimento começavam a aparecer com nitidez. Faltaram lideranças reconhecidas pela categoria, como um Lula. A direção do sindicato não conseguiu isso, nem as novas lideranças que surgiram tinham fôlego suficiente para tanto. As comunicações com a

categoria foram desaparecendo, os piquetes já não davam conta do recado. Antes da assembléia daquela noite, havia um sentimento de desamparo e até de revolta, contra os que "se acomodaram", incluindo a diretoria.

A revolta não escondia, no entanto, o orgulho diante da greve. Ficou claro que embora a maioria não comparecesse às assembléias, os 250 mil metalúrgicos apoiavam a greve, achavam-na correta.

O saldo da greve superava o crescimento da consciência dos trabalhadores. Os piquetes e os comandos locais fizeram existir as comissões de fábrica e os embriões das delegacias sindicais. O número de metalúrgicos que engrossou a luta — principalmente de peões e mulheres — foi outra grande vitória. Durante a greve, cresceu o número de sindicalizados.

Na segunda-feira, no final de uma assembléia tumultuada, onde apareceram as divergências políticas e ideológicas entre a diretoria e setores da base, a palavra de ordem era uma só: a luta continua. Pelo pagamento dos dias parados, contra as demissões, pela libertação dos presos, pelo fortalecimento e democratização do sindicato. Depois de 15 anos de ditadura militar, os metalúrgicos do rio levantavam para não mais cair.

É o seguinte, em síntese, o acordo feito entre os metalúrgicos do Rio e os patrões: 75% de aumento para os que ganham de 1 a 3 salários mínimos; 64% para os que ganham entre 3 e 5; 57% para os que ganham de 5 a 8; e 46%, o índice oficial, para os que ganham acima de 8. Deste percentual será descontado o abono conseguido em julho, que foi de 30%. Os metalúrgicos reivindicavam 83% de aumento para todos, sem desconto.

O piso salarial ficou em Cr\$ 3.900,00. Os metalúrgicos reivindicavam Cr\$ 6.114,00. Pelo acordo, não poderá haver qualquer demissão no próximo mês.

Bancários: Uma mobilização insolvente

Apesar de todos os indícios de que faltava organização, os bancários paulistas deflagraram uma greve que em poucos dias se esvaziaria. Agora, depois da derrota, a categoria procura formas de superar o fracasso e retomar a luta.

Por Relton Fracalossi

Piquete não faz greve

Enquanto a maioria da diretoria acreditava que uma greve seria prematura e que a categoria não possuía organização suficiente para deflagrá-la, outros defendiam a greve como única saída, depositando uma confiança demasiada na atuação dos piquetes. Contudo, como já se tornou óbvio no meio sindical, piquetes não fazem greve, funcionam somente para evitar o esvaziamento do movimento. A ingenuidade suicida desses dirigentes, somada ao total desinteresse em preservar o sindicato, levava a categoria a uma derrota que pode comprometer a próxima campanha salarial com o estigma de duas derrotas sucessivas (a greve dos bancários no ano passado também fracassou).

Por outro lado, no extremo oposto, haviam aqueles que — inclusive através da imprensa — argumentavam que uma greve dos bancários jamais sairia vitoriosa, pois a categoria é composta por grande número de estudantes, sendo portanto uma categoria indefinida e em transição. Porém, ao que se sabe, a greve dos bancários de Porto Alegre, que possuem essas mesmas características, assentada num intenso trabalho de organização, conseguiu manter-se com a maioria da categoria mobilizada.

A greve, apesar das dúvidas

Apesar das dúvidas, a greve foi deflagrada na quarta-feira, dia 12, e se estenderia, até o sábado,

A campanha dos metalúrgicos de Betim toma impulso e entra na reta final. No dia 15, 2500 trabalhadores reafirmaram em assembléia geral suas reivindicações de aumento de Cr\$ 4 mil acima do índice, piso salarial de Cr\$ 8 mil, aumentos trimestrais de acordo com o índice do Governo, 240 horas de abono de férias, redução da jornada de trabalho semanal para 40 horas, criação de estabilidade para delegado sindical e retorno dos companheiros demitidos por ocasião da última campanha salarial. A FIAT e a FMB, as maiores empresas da região, repetindo uma prática utilizada na greve do ano passado, colocaram no dia da assembléia, batalhões de choque da polícia portando armas e cassetetes na portas das empresas. Revoltados, a diretoria do sindicato dos metalúrgicos e as comissões de negociação enviaram carta ao diretor da secretaria internacional da FL (Sindicato dos Metalúrgicos Italianos) "propondo que uma representação oficial desse sindicato acompanhe diretamente no local o desenvolvimento do dissídio coletivo desta campanha salarial a fim de constatar e defender as condições de liberdades sindicais em que estamos atuando". As negociações caminham para um impasse diante da intransigência dos patrões e os operários deixam claro que irão à greve se for necessário.

Em Tempo conversamos com membros da Comissão de negociação. A seguir, eles avaliam o desenrolar da campanha e traçam os próximos passos a serem dados na luta contra os patrões.

"Apesar de existir uma certa desconfiança dos trabalhadores face aos resultados do ano passado e diante do sindicato, na hora que a campanha começou os operários voltaram a se organizar. Na primeira assembléia, realizada em Contagem, no dia 18 de agosto (em Betim não havia local disponível) compareceram 400 pessoas. Daí saíram 70 por cento das reivindicações aprovadas, resumidas a cinco ou seis itens, ao invés dos 20 ou 30 do ano passado, que davam margem a manobras e ilusões. Essa pauta foi confirmada na 2ª assembléia realizada, no dia 25 de agosto num terreno baldio na periferia de Betim, com 600 metalúrgicos.

A interferência dos patrões foi sentida já durante a organização da terceira assembléia, marcada para o

dia 1º de setembro, num terreno cedido pelo Posto Gaúcho e que teve que ser transferida às pressas, na última hora, porque a FIAT pressionou os donos do posto. Mesmo assim, compareceram mil trabalhadores que vaiaram as contrapropostas dos patrões. A melhorzinha era a da Ritz, mas mesmo assim era de apenas 9% acima do índice para quem ganha até dois salários mínimos.

Comissões de salários

Nessa assembléia surgiu a proposta de formação de comissões de salários, do conjunto da classe. Os patrões, para dividir a categoria, propuseram que as negociações fossem conduzidas separadamente em cada grande fábrica. Ai, o feitiço virou contra o feitiço: a formação de comissões por fábrica facilitou o contato com as bases e permitiu que os trabalhadores vissem mais de perto as posições dos seus patrões. Diante disso, a mobilização cresceu, fechando o cerco diante das manobras patronais. Além disso, exigimos estabilidade para as comissões, o que foi negado.

No começo, parecia que o clima estava bom nas negociações, mas os patrões começaram a radicalizar — se unificadamente, não respondendo a nenhuma das outras reivindicações, além do piso. De maneira geral, eles alegaram uma situação de estrangulamento econômico, diziam estar trabalhando em prejuízo. Com relação ao delegado sindical, foi feita a proposta de que fossem os próprios patrões que escolhessem os nossos representantes, pois eles temem que nós escolhamos nossas próprias lideranças e nos organizemos.

Clima de greve

Caso os patrões se mantenham intransigentes, o pessoal vai à greve, custe o que custar. Mas, é preciso reforçar a mobilização, que se organizem mais comissões. Agora, vamos entrar numa fase de operação (artilugaria e corte total das horas extras, para impedir que os patrões acumulem estoques. Finalmente fazemos um chamado a todos os trabalhadores para que venham ao sindicato, cerrem fileiras conosco e paficiem da luta".

grupo que queria colocar a culpa na repressão. A repressão não foi a culpada, foi apenas um dos fatores".

Da mesma forma, o presidente do Sindicato dos Bancários, Antonio Augusto de Campos, não acredita que a "simplesmente a repressão tenha desestimulado o bancário a fazer greve". "A própria incerteza quanto ao sucesso da greve, antes mesmo dela se concretizar, foi a grande causa de seu fracasso" — concluiu ele.

Quantos aos erros cometidos pela direção do movimento, para Augusto "o erro fundamental foi fazer um 'sindicalismo de inflação' — ou seja, movimentos em que se luta não contra o patrão, mas para recuperar a perda de poder aquisitivo. Enquanto não se mostrar que a miséria do trabalhador está ligada diretamente à riqueza dos patrões, vai ser difícil que ocorra uma greve dos bancários." Com essa auto-crítica, o presidente do Sindicato dos Bancários levanta uma questão importante para o movimento sindical como um todo, que diz respeito ao caráter dos recentes movimentos grevistas, que limitam-se a reivindicações pela reposição do poder aquisitivo.

Como retomar a luta?

Com o fracasso da greve, os bancários procurarão retomar a luta. Realizou-se na segunda-feira, 17, uma reunião da Comissão Salarial — que com a assinatura do acordo passará a ser Comissão de Mobilização — e na quinta-feira, 20, haverá uma assembléia de toda a categoria. Os principais móveis de luta serão a reintegração dos diretores destituídos na Lei de Segurança Nacional — e evitar as demissões dos grevistas, que já começaram a ocorrer. Simultaneamente, começará a ser desenvolvido um intenso trabalho de base, por bancos e nos setores vitais do esquema bancário, trabalho que decididamente faltou nessa greve fracassada.

Críticas e auto-críticas

Para o vice-presidente cassado do Sindicato dos Bancários, Luís Gushken, apesar do fracasso, a greve continua sendo o método correto e a repressão foi a grande causa do insucesso da greve. Para ele, aceitar o acordo na quarta-feira seria mais danoso do que a greve fracassada.

De maneira oposta, para Gilmar dos Santos, integrante da diretoria, "o insucesso da greve se deveu à desorganização da categoria." Para ele, "existe um

“Viver é entender, malandro”

Luiz Gonzaga Jr. fala de si, do seu show que estreia em S. Paulo, da vida, de tudo e de mais um pouco. São muitos anos. De barra e de música.

Entrevista a Virginia Pinheiro e Flávio Aguiar. Texto de FA

Gonzaguinha fala muito. De si e de seu show — **Gonzaguinha da vida** “um subtítulo de **Explode Coração**”. Para quem se acostumou à imagem de um cara contido, de letra agressiva, isso é novidade. Para ele, entretanto, ser extrovertido, agora, é uma imagem mais real dele do que a outra, do contido e quase casmurro. Diz que sua imagem antiga era incompleta, que é a imagem de alguém mutilado. Associa o desenvolvimento dessa imagem um tanto ao clima político e censório de alguns anos atrás; outro tanto a problemas de veículo de comunicação de massa. Lembra que, quando se lançou no Som-livre exportação, na Globo, tinha um papel muito definido. “Ivan Lins era o bem. Eu era o mal”, comenta, divertido (agora). E sai falando de suas andanças e contranças. “Eu hoje sou isso - explode coração”.

“Gonzaguinha da Vida é meu último Lp, parte de uma série de três: é de 79; e você tem o **Recado Gonzaguinha**, que é 78, e você tem o **Moleque Gonzaguinha**, que é 77. Os três juntos terminam um Lp chamado **Começaria tudo outra vez**, que é 76, um Lp com uma capa branca e umas gotas em vermelho. Esse é consequência do Lp **Plano de vôo**, que é 75. O **Plano de vôo** é consequência de uma tuberculose que eu tive em 74/75, e que foi uma época bem proveitosa em termos de auto-crítica”.

Gonzaguinha recua mais, no tempo e nos Lps: o **Luís Gonzaga Jr.**, de 74, o primeiro **Luís Gonzaga Jr.**, de 73, recolhido devido à **Censura**. Lembra a época dos festivais, da **Sanfona de Prata** que, diz ser uma homenagem a seu pai (**Luís Gonzaga**). E de salto em salto, chega aos tempos em que “só compunha”. E depois volta — do passado pro presente, refazendo a trajetória. Fala que se formou em **Ciências Econômicas**, mas optou por música, que julga algo mais dinâmico do que fazer economia. “Economista nesse país é um grande contador”. Ao falar de suas músicas, fala muito em “jogo dos contrários”, e na característica que tem de quebrar tudo o que fez e começar tudo de novo. Mas tudo isso, afirma, “era canalizado pra imagem de uma pessoa que não se comunica imediatamente, que tem muita agressividade, principalmente na televisão”.

“E assim vem os dois primeiros Lps, os dois **Luís Gonzaga Jr.** Nesse meio tempo o Milton Nascimento já falava que eu era muito agressivo. O Gilberto Gil também. Eu estava agressivo demais (o grifo é dele) e tudo o que é exagerado se perde. Um líder é um líder e pronto: ele nunca se faz de líder. Não adianta alguém entrar numa sala e dar porrada na mesa. As pessoas estavam vendo isso, esse tipo de coisa. Isso tem eco no tempo em que eu vivi como compositor, que começa em 64 e vem e atravessa aquilo tudo e aí vem 68 e vem 72, são anos marcantes, barra mesmo, barra pesada, isso tudo justificaria uma atitude agressiva minha no sentido de reação a isso aí, a censura em cima de mim, no primeiro Lp eu mando 24 músicas e voltam 9, a gente trabalhando feito cobra, tentando, feito equilibrista, negócio de arame, sem ter a mesma projeção que, por exemplo, um Chico Buarque de Hollanda. O Chico trabalha lá por cima, é uma pessoa muito querida — e eu trabalho aqui por baixo — eu entrei mesmo foi num buraco, numa mancha negra, no Saco de Carvão, sabe, aquele negócio que tem no céu



e come tudo. Se eu continuasse nessa tripla ia ficar uma coisa mecânica, repetitiva. E uma coisa assim sem uma perna, sem um braço.”

Mateiro, maneiro

Gonzaguinha fala da espontaneidade — de que sentiu falta nessa época. Mas isso, que seria a salvação, era também uma sinuca. Porque espontaneidade não se forja — “só espontaneamente se consegue a espontaneidade”. Nessa altura, começo a perceber, que há algo de muito matreiro nesse cara. Uma matreirice de gente viva. Quando ele olha pra nós, os entrevistadores, o rosto dele fica meio iluminado. Metade na luz da janela, metade na sombra. Mateiro, maneiro.

“A única coisa que eu fiz foi acreditar naquilo em que eu já tinha acreditado, e me dar aquilo que eu já tinha me dado: o tempo. Nunca perdendo a paciência comigo. Sem me omitir, sem fugas, sem saídas pela tangente. Quer dizer, era uma barra, foi uma barra. Então de repente **Plano de vôo**. Então de repente a palavra me veio, através daquela música do Aldir — ah, recomeçar...” A palavra já estava na minha cabeça, o Aldir veio e esquentou ela, eu peguei tudo isso e saí o **Começaria tudo outra vez**. Eu tava começando”.

Pergunto pra ele: a agressividade que ele sentia era uma resposta a algo externo, parecia. Algo que o mutilava. E esse movimento do **Plano de vôo** parecia uma recuperação de uma “personalidade perdida”. Era isso? Ele responde:

“Também. Há sempre um também. As pressões são tanto externas como internas. São externas: há todo um negócio de grupo familiar. Eu me criei num grupo familiar; tenho um outro que seria o meu, “oficial”; e há um terceiro depois que eu me casei, entende? Eu desci o morro e caí no meio de uma família de classe média alta, entende? O que tava sendo vivido tava cada vez mais sobre essa coisa da agressividade, essa coisa de amargura, sempre por esse lado. A gente fica muito agressivo, e amargurado. É uma coisa muito agressiva, uma coisa pesada, os meus trabalhos são realmente densos. Sabe, eu gosto mais do silêncio.”

Nessa altura começa uma discussão entre Virginia e Gonzaguinha sobre esse negócio de volta ao passado. Volta, não volta. “O teu passado é uma coisa parada” (ele). “Mas de certo modo a gente volta” (ela).

“Daí no **Começaria tudo outra vez**, eu gravo músicas de 66, de 64, como **Levo a rasteira**, que é uma coisa muito pessoal e muito da época. Uma coisa do moleque

independente dentro de casa, do moleque carioca numa casa nordestina, e uma casa nordestina é uma barra, é uma casa imperativa, é uma casa no modo imperativo, e ao mesmo tempo aquele negócio de 64”.

Virginia: quantos anos você tinha?

“Dezenove”.

O saco cheio

“Eu acho incrível gravar músicas de 64 e a coisa ainda ter atualidade. É ridículo isso. Dá uma idéia de quanto a gente parou, tá tudo parado. E eu cruzando passado e presente, e daí veio o **Moleque Gonzaguinha**, a mil por hora, e depois veio o **Recado**, que já é uma coisa mais calma, todo mundo falando ‘mas e a agressividade’ e ‘Você está mudando e coisa e tal’. No **Moleque**, no show, pela primeira vez eu cantei uma música no palco sem nenhum acompanhamento. E daí vem o **Gonzaguinha da vida**, que resume tudo. E de repente esse negócio de ‘mudou’. Mas o que é necessário é que as pessoas entendam que chega um momento em que tudo tem que explodir. Ninguém agüenta mais, nem o governo agüenta mais o próprio governo; as pessoas de direita não agüentam mais. E aí tem as coisas das esquerdas também: altas desorganizações mesmo, pra variar. Isso foi uma coisa de necessidade mesmo, houve pressões de fora, havia os comentários das donas de casa nos supermercados, sabe, o que houve é que todo mundo encheu o saco, pô. E isso já estava óbvio na época do **Recado**. Quer dizer: não há nenhuma novidade, assim como não há nenhuma novidade em fazer feijão maravilha, que muda o título de uma novela. Esse é um humor que eu sempre tive. O preto que satisfaz é continuidade do **Felicidade bate à sua porta** que eu fiz em 73 e que as pessoas pensam que eu fiz pras Frenéticas em 77. Há mudança? Há, porque hoje eu estou mais pra fora mesmo. E eu não estou a fim de ficar repetindo frase feita. Eu não acredito em coisa parada, eu acredito em revolução sobre revolução. Em um certo momento dizem que meu trabalho não é um trabalho ‘revolucionário’ — eu acho isso ótimo. As pessoas é que tem de dizer isso, assim, de fora pra dentro. A minha intenção ao fazer uma música não é “fazer um trabalho revolucionário”, porque eu acho que isso é uma coisa do diário, como é a liberdade, como é a coerência”.

Gonzaguinha começa a falar mais baixo, mais pra dentro. É gozado. Logo no momento em que ele começa a dizer que está mais “pra fora”. Ele sempre tem um jeito de desdizer o que diz. Fico pensan-

do numa palavra do latim: **persona**, que em português deu **personagem** e **personalidade**, e que significava **máscara** (de teatro). Parece que no **Gonzaguinha** a personalidade brigou com — ou rompeu os limites da personagem, uma personagem duramente formada ao longo de quinze anos (seu marco mais recuado é 64) por sistemas, famílias, tevês, etcéteras. Agora, depois de quinze anos, ele tem uma nova **persona**, uma nova máscara com que se apresentar. Ele encarna uma coisa diferente — que é dele e é de todos nós e que ninguém sabe muito bem o que é, ainda.

“No palco eu quero viver realmente o máximo a que eu tiver direito. Tudo: a coisa boa, a coisa ruim; o erro, o acerto, o riso, a cumplicidade, a sacanagem. E se possível chegar no ano que vem e destruir tudo isso”.

Resistência, reboliço

A conversa muda de rumo. Virginia chama o assunto da música brasileira em geral. **Gonzaguinha** lembra dos festivais, do de 68, que segundo ele “foi o último efervescente”. Depois, diz ele, veio a barra pesada, alguns viajaram. As pessoas sentiram a necessidade de novos ídolos, e jogaram tudo isso em cima dos que estavam surgindo, no sentido de que “fulano vai substituir beltrano, e ciclano vai substituir aquele”.

“Isso era uma enorme falta de visão. Os compositores novos pegaram todo aquele ‘saco de carvão’ que eu falei no início. Alguns seguraram a barra, outros não tiveram estrutura. Nesse meio tempo cresce o Milton Nascimento, que ficara meio marginalizado, sai o Chico, Caetano, Gilberto Gil, ficamos assim meio perdidos. De repente eles voltaram, parecia que iam resolver alguma coisa, e aí (não negativamente) eu vejo um negócio parecido na volta do Brizola, do Arraes. Voltando: estava tudo cortado, e as pessoas resistindo esse tempo todo. E surge um letrista como o Aldir, alguém como Sueli Costa, um compositor como João Bosco, o Ivan Lins sobe, vira ídolo, leva uma rasteira, cai e se recompõe de novo, surge um letrista chamado Wilson Martins, surge uma **Sombrás**, que é toda uma luta mais desses compositores novos, que levam a coisa pra frente.

Gonzaguinha ressalta também o papel de caras como Chico, Caetano, Gil. “Eles são criadores mesmo, gente que mexe, são exigidos”. Virginia diz que em todo caso esse período de resistência pode ter acabado. Ele discorda. A conversa vai pro seu final.

“Sabe, nós estamos falando sobre vida e se é sobre vida. Tá: pá! Tá em reboliço, não tá em revolução, não é? Compreende? Tem que ir, não adianta, tem que ir. Não tem jeito. Todo mundo tá numa realmente de ‘eu quero é mais’. ‘Eu quero é mais: o país é ainda um país grandemente conservador. Mas mesmo assim eu quero é mais. Essas pessoas querem mais mesmo. Há necessidade mesmo de um trabalho muito calmo, por isso a resistência não acabou. Olha, é como no Maracanã: a torcida do Vasco começa na tribuna da imprensa e termina na torcida do Flamengo. Ali é uma merda, sempre dá porrada. Mas você tem que ter arte pra gritar gol, do Vasco no meio da torcida do Flamengo, sabe, o cara que grita o gol já levanta e berra ele mesmo “filha da puta”. É isso aí, eu grito assim, a gente grita assim. Claro, Saber fazer. Viver é entender, malandro.”

Governo (contra)

Elá vem o Governo novamente, com a história de regulamentar o Conselho Federal de Censura. Desta vez, com a regulamentação e tudo, assinada pelo presidente. A função desse órgão seria servir de Corte de Apelação para as decisões da Censura, no tocante a artes e espetáculos e assemelhados. Na composição, representantes de alguns ministérios, de órgãos federais como Embrafilme, Conselho Federal de Cultura e Conselho Federal de Educação e de entidades representativas de artistas. A coisa parece grande novidade, mas não é. Já foi tentada no tempo em que Nei Braga era ministro da Educação, nos tempos da distensão.

Agora vem em ritmo de abertura. Mais ainda, a coisa é velhíssima. Já foi tentada há um século atrás, quando havia o Conservatório Dramático Brasileiro, formado por gente ilustre e bem intencionada, como Machado de Assis, José de Alencar, entre (muitos) outros. Os intelectuais ficavam com a função de exercerem a censura teatral, em auxílio da instituição policial, que tomava as medidas práticas de permitir ou proibir determinada peça. Explique-se que então a última palavra era sempre desta: ela podia proibir o que o Conservatório permitia, mas não o contrário. Não deu certo porque nem a censura melhorou, nem o Estado "protegeu" melhor as artes; nem mesmo os assim cooptados tiveram suas peças resguardadas das tesouras. Em resumo: somos contra censura. Ponto. (FA)

Teatro (a favor)

Uma rainha-louca que não consegue se exprimir (nem suspirar) sem a ajuda do "ponto". Duas professoras histéricas tentando controlar uma platéia universitária. Duas moçoilas, "já passadas", ansiosamente jogando a sua última cartada num salão de baile. Essas cenas e muitas outras levadas no palco pelo Teatro Orgânico Aldebarã estruturam o divertidíssimo **Quem tem medo de Itália Fausta**, em cartaz em São Paulo, no Teatro Bexiga.

Utilizando todas as formas de "expressão dramática", como o grupo mesmo afirma, "os aldebarinos" nos apresentam uma sucessão de sketches, que vão desde o gênero trágico-patético (**Mary I, A Rainha Boba**), passando por uma irônica remontagem histórica do teatro realista (**Vissalva Vassilis, A Mãe de todos**), e chegando ao grotesco do teste de um candidato a ator frente a um diretor onipotente. No entre-ato (**a Pausa Literária**) nem o acadêmico (no caso, o Uspiano) é perdoado: "Da importância dos monossílabos e das interjeições átonas do dialeto javanês (...) nos últimos quinze dias do séc. XIII" - **tema específico mas importante**, como diz uma das conferencistas - é um dos pontos altos do espetáculo. Trata-se de uma satírica homenagem às formas vazias e às discussões estereótipos do mundinho universitário.

Nascido de improvisações feitas durante os ensaios de **Do outro lado do espelho**, espetáculo que o grupo apresentou o ano passado, **Itália Fausta** mistura circo e teatro de revista. Exagerando e desmoldando-se, eles fazem da irreverência uma arma eficaz de crítica a alguns esquematismos formais que permeiam a nossa cultura.

O Aldebarã, neste momento, se reinsere na listagem das melhores produções de nossos "palcos paralelos", felizmente marginais ao esquema empresarial do teatro. Miguel Magno e Ricardo de Almeida, vibrantes em seu trabalho, reafirmam-se como grandes talentos. A criação coletiva ganha mais um ponto a favor.

E o "teatro alternativo" também.

(Sonia Goldfeder)

Cinema (ficção científica)

Vale a pena observar com cuidado o curioso monstinho de **Alien, o 8º Passageiro**, em cartaz em todo o país quase debochado e evidente sem chegar a ser gozado. Mas muito bem escolhido dentro da riquíssima fauna intergaláctica.

Vejamos porquê. Numa enorme espaçonave que faz comércio de minério universo afora, a serviço de uma multiplanetar, o horror se instala quando um de seus tripulantes é fecundado na boca por uma forma viva encontrada em planeta desconhecida. O parto se dá dias mais tarde quando, durante um suculento café-da-manhã, o futuro papai é implodido e pelo seu peito sai, correndo e incontrolável, uma forma fálca e dentada cheia de vontade-própria para pavor dos personagens e da platéia; os primeiros desconfiados, e estes claramente cientes da pobreza de sua ciência diante de tão exuberante natureza.

Mal-estar geral. Recém-saída do peito explodido do pai, a forma ameaçadora cresce espantosamente e se esconde nas tubulações de ar, espalhando uma gosma gelatinosa transparente (inodora, talvez) por onde desliza. Sem nunca se mostrar completamente (apenas algumas partes se insinuam), aparecendo quando menos se espera, o monstro já grande e ereto acaba matando um por um dos tripulantes. Menos uma moça que, com veleidades humanistas, fora a única a se opor à ordem da "Companhia" para que - a qualquer preço! - o monstinho fosse poupado para posteriores pesquisas científicas. E ela justamente quem acaba sobrando. Consegue provocar a explosão da nave-mãe, expulsar, em seguida, o alienígena de sua pequena nave-salva-vidas e, exausta, acaba indo dormir com seu gatinho domesticado e obediente. Apesar de todos os físcos da gigantesca espaçonave, de seu robô-cientista e de seu computador onipotente chamado "Mother", o espectador não tem dúvidas, acreditando ou querendo acreditar que a ciência acabará por se impor e eliminará aquela forma viva que põe em perigo a confiança na grande máquina. Entre a aparente segurança da enorme nave e ser comido pelo bicho, ninguém pestaneja. Não me parece demais observarmos com espanto a repugnância que, cada vez mais, certas formas vivas nos causam.

Alien é um caso limite, mas é bom lembrar que todos os seres vivos que nos horrorizam no filme têm semelhança bem evidente com partes de nosso corpo. Ninguém sente nojo da graxa que bezunta as engrenagens, mas diante do líquido pegajoso expelido pelo monstinho a náusea é quase inevitável.

(Marv MC News).

Feira de Poesia

Substantivo Abstrato
dedica com todo o respeito,
ao ministro
da desburocratização

Dizem que eu reino
Mas não governo
E eu nem sei
Se isto é o céu
Ou o inferno

(FA)

Auto-crítica (contra)

Perdão leitores pelo empastelamento na seção de cultura no último número de **Em Tempo**. O artigo será republicado oportunamente.

UNE ainda não esquentou

A campanha da UNE começou com as eleições do DCE da USP, território tradicional das tendências que compõem a «Voz Ativa» e da Libelu. O comparecimento foi pequeno, e os debates não chegaram a entusiasmar os estudantes

Por J. Machado



Jesus Carlos

A campanha eleitoral da UNE ainda não esquentou. O evento mais importante desta semana foram as eleições para o DCE da Universidade de São Paulo, nos dias 18 e 19, que não chegaram a mobilizar quase ninguém. Até o fechamento desta edição ainda não tinham sido divulgados os resultados e nem o número de votantes. Mas é certo que a chapa vencedora será a "Sacode a Poeira", integrada pelas tendências Refazendo, Caminhando e Vento Novo, e que dificilmente será igualado o número de estudantes da USP que votaram para a UEE - cerca de 7700 - um número já muito baixo para uma Universidade que tem cerca de 30000 alunos.

Dois motivos são apontados para este esvaziamento: o excesso de eleições (houve recentemente a da UEE, e todos já se preparam para a da UNE) e o crescente enfraquecimento do próprio DCE. Esse enfraquecimento já foi sensível nas últimas eleições (o que permitiu a vitória da Liberdade e Luta com pouco mais de 2000 votos) e se acelerou na gestão desta tendência.

Todos os concorrentes estão de acordo em responsabilizar o sectarismo conhecido da Libelu pelo menos por parte deste processo. A Libelu se defende, jogando a culpa no boicote que teria sofrido por parte das outras tendências, que teriam seguido uma política não apenas de oposição a ela, mas de oposição à própria entidade. Esta avaliação é aceita por outras chapas, em parte. A "Sacode a Poeira" afirma que "DCE é hoje uma entidade totalmente afastada e desconhecida de todos nós; não por culpa única de sua diretoria mas também pela omissão de todos aqueles (inclusive nós) que se furtaram de atuar decisivamente na entidade". A "Novação" é mais enfática: depois de criticar a Libelu, afirma que houve um claro boicote da maioria da diretoria da UEE (composta pelas tendências Refazendo e Caminhando) ao DCE.

Como novidade, com relação à campanha da UNE, há a ausência da "Maioria" e a presença de duas novas concorrentes: "Política Independente" e "Manifestação". A primeira se separou da Libelu, discordando do seu sectarismo. Tem como centro da campanha a luta pela autonomia universitária (que seria também autonomia

em relação às burocracias acadêmicas) e por um Partido dos Trabalhadores; mas este partido não se confundiria com o PT que está sendo articulado; a "Política Independente" fala das "manobras em curso que pretendem desnaturá-lo". Já o grupo "Manifestação" se articula em torno de 3 propostas: um Congresso da USP, um comitê de defesa do ensino público e gratuito, e a "unidade pela democracia".

Das tendências que concorrem à UNE, a que trouxe a maior novidade é a "Sacode a Poeira". Além de Refazendo e Caminhando, integrantes da chapa "Voz Ativa", é composta por uma terceira tendência: Vento Novo, que tem diferenças sensíveis com as outras duas. Sua proposta não é a mesma no plano político: enquanto Refazendo e Caminhando propõem a "Unidade Popular" contra a ditadura (com certas diferenças entre elas - a Refazendo é no geral mais simpática ao PT que a Caminhando, embora as duas elogiem tanto a iniciativa do PT quanto a do Partido Popular), Vento Novo coloca uma maior ênfase em "construir uma alternativa classista à ditadura". Mas a maior diferença é sem dúvida a defesa por Vento Novo de "uma perspectiva libertária" - libertário é um adjetivo usado em geral para nomear o anarquismo.

No plano da Universidade, a proposta central da "Sacode a Poeira" é a realização de um Congresso da USP que elabore as propostas capazes de centralizar as lutas dos estudantes. Além disso, já adianta algumas lutas, pela reformulação curricular, por mais verbas, por uma sede para o DCE e pela retomada do CRUSP (Conjunto Residencial da USP).

Sem a chapa da "Maioria", a corrente mais à direita que se apresenta na USP é sem dúvida a "Todo Mundo do DCE", equivalente à chapa "Unidade" da UNE. Sua luta central é contra a extinção do MDB e por sua transformação num partido popular e de massas. O conteúdo desse "popular" fica claro quando a "Todo Mundo do DCE" acusa a outras chapas de não aceitarem homens como Teotônio Vilela e Ulisses Guimarães". Contrapõe-se à "Sacode a Poeira" por defenderem uma proposta "mais ampla", isto é, mais aberta aos liberais conservadores

que a proposta - que julgam pouco definida - da "Unidade Popular". É a única chapa que não defende uma mudança substancial na Universidade, colocando toda a ênfase na participação nos canais já existentes e na luta pela sua melhoria.

A Libelu traz como novidades um certo abrandamento de suas propostas. A luta pela "aliança operário-estudantil" e por um "partido operário", que a caracterizava, desapareceu. Agora ela se centra exclusivamente na luta contra a ditadura e pela "independência do movimento estudantil". Mas já diminui seu sectarismo.

A "Novação" (na USP representada basicamente pelas tendências Novo Rumo e Resistência, a primeira vinculada à Convergência Socialista) é a chapa que tem uma proposta mais desenvolvida para a Universidade, centrada na consigna "por uma universidade democrática, a serviço e aberta aos trabalhadores". Essa luta inclui a questão das verbas e da democratização da Universidade, e da reformulação curricular. Essa última questão é combinada com a proposta da criação de um "departamento de trabalho comunitário", que reforce a aproximação dos estudantes com a população trabalhadora. A Novação enfoca também questões que não são abordadas por outras chapas, como a luta contra a opressão da mulher, contra a discriminação das minorias e contra os padrões morais burgueses. No plano político, sua luta é por integrar os estudantes na luta dos trabalhadores, o que se concretiza hoje no incentivo à construção do Partido dos Trabalhadores, sem patrões, através dos movimentos sindicais e populares.

Com o pequeno número de eleitores, o confronto entre as principais concorrentes à UNE fica empobrecido. Além disso, a superioridade tradicional que os integrantes da "Sacode a Poeira" têm na USP é muito grande. Mas a questão do comparecimento coloca um dado interessante: a eleição da UNE não dependerá apenas do apoio de que dispõe cada uma das chapas, mas também da sua capacidade de mobilização. O que torna muito mais difícil prever os resultados.



AP, do cristianismo

Fundada em 1962, a Ação Popular (AP) tentou primeiro criar uma "ideologia própria" (que ficasse

A formação da **Ação Popular**, há pouco mais de 17 anos, é um fenômeno extremamente revelador do transe que vivia a sociedade brasileira de fins dos anos cinquenta e princípios da década passada. A crise econômica e social que se expressa politicamente de forma brutal no episódio da renúncia de Jânio Quadros criava espaços não só para a incorporação de novos contingentes às lutas políticas, como punha em evidência uma profunda crise de representação política e ideológica que sacudia o conjunto da sociedade não poupando sequer as esquerdas.

Não é outra coisa que explica o espaço aberto para a emergência de organizações extra-parlamentares, como é o caso da **Ação Popular**, que reúne em si um duplo fenômeno de contestação. A AP, nascida no interior da Ação Católica, formada no essencial por quadros oriundos das Juventudes Universitária e Estudantil Católica e testemunho de um movimento de rebeldia de muitos cristãos — alguns dos quais sacerdotes — para com os aspectos predominantemente conservadores da Igreja no Brasil que naquele período se mostrava incapaz de responder teórica e praticamente aos desafios de nossa sociedade. Mas o nascimento da AP, como, em escalas diferentes o surgimento da **Política Operária**, das **Ligas Camponesas** ou o reforçamento do nacionalismo revolucionário, testemunhava, igualmente, a perda de significação relativa da esquerda tradicional no país, em particular do Partido Comunista, a despeito das modificações pelas quais este vinha passando (no fundamental analisadas nos capítulos anteriores desta série).

A base estudantil

Como tradicionalmente ocorre na América Latina, o movimento estudantil se revelava extremamente permeável a este processo de efervescência ideológica que se intensificaria, como vimos anteriormente, a partir da vitória da revolução cubana.

Desde 1956, a esquerda passara a ser majoritária na União Nacional de Estudantes, e, no Congresso de 1960, em Belo Horizonte, um importante grupo de estudantes católicos — na sua maioria militantes da JUC — já se encontram em aliança com o PC e com grupos independentes do esquerda. Herbert José de Souza, que mais tarde seria um dos fundadores e primeiro coordenador nacional da AP, teria uma atuação destacada no evento, tendo quase sido eleito presidente da UNE. No ano seguinte, no entanto, a eleição de Aldo Arantes para a presidência, no congresso de Niterói, viria a plasmar uma hegemonia dos então conhecidos como "católicos de esquerda" e que duraria, pelo menos, até o golpe de Estado no movimento estudantil. Aldo Arantes era presidente do Diretório Central de Estudantes da Universidade Católica do Rio de Janeiro, entidade que havia lançado no curso de 1961 um **Manifesto**, no qual vamos encontrar algumas das idéias básicas que estarão presentes na formação da AP. A presidência da UNE, num período de grande animação do movimento estudantil, dava aos jovens católicos de esquerda um precioso instrumento através do qual poderiam irradiar sua influência, fazendo com que suas idéias chegassem mesmo a regiões onde o pensamento predominantemente conservador da Igreja ainda era hegemônico sobre a juventude.

O nascimento da ação popular

O resultado destas articulações e deste amplo debate que se instaura nos meios católicos desemboca na formação da Ação Popular, em Congresso realizado em Belo Horizonte entre 31 de maio e 3 de junho de 1962.

O documento de convocação do Congresso da AP, caracterizava a nova organização como "um grupo ideológico, não confessional... um movimento amplo, com ideologia definida, englobando todos os setores de atividade visando a se constituir numa expressão de um pensamento orgânico definido e orientador da luta revolucionária pela emancipação nacional..." Além de dezenas de jovens, na sua maioria estudantes, participaram do Congresso o Padre Henrique Vaz, considerado como um dos principais, se não o principal, ideólogo da organização, além dos deputados Almino Afonso e Paulo de Tarso, que pouco tempo depois seriam chamados por Jango para desempenhar responsabilidades ministeriais em seu governo.

Cerca de um mês depois do Congresso, a AP lança Vinícius Caldeira Brandt para a presidência da UNE, o que vem expressar o reforçamento de suas posições no movimento estudantil. Vinícius, que havia tido uma atuação destacada no Congresso de Fundação, seria, por sua vez, sucedido em 1963, por um outro militante de Ação Popular na UNE, o então presidente da UEE de São Paulo, José Serra, eleito no XXVI Congresso, realizado em Santo André.

1963 é também o ano do II Congresso da AP, reunido em fevereiro, na cidade de Salvador, e que será dominado por duas preocupações fundamentais — o aprofundamento ideológico e a consolidação orgânica, ambas urgentes em função do crescimento vertiginoso que a organização experimentara desde o ano anterior.

O aprofundamento ideológico se dá substan-

cialmente na discussão dos pontos que iriam mais tarde integrar o **Documento Base**, texto de referência fundamental da organização, pelo menos até 1967. No que diz respeito às questões orgânicas, além de definir as instâncias nacionais, regionais e locais de direção, o Congresso estabelece as áreas prioritárias do trabalho: sindical-operária, camponês, setores populares, cultura popular, profissionais, político-partidário, estudantil e militar.

O golpe de abril

O golpe militar, reprimindo o conjunto da esquerda, vai influir igualmente sobre as condições de existência e funcionamento da AP. Como em todas as organizações — talvez nela com uma incidência um pouco superior — as novas condições da luta política provocarão uma certa evasão de quadros, sobretudo daqueles que se haviam incorporado num marco mais institucional de atuação.

A despeito destas dificuldades, às quais se somam uma certa desorganização que atinge a UNE em 64 e parte de 65, a AP se mantém e começa a readaptar-se às novas condições políticas existentes no país. Ela passa a ser sacudida, no entanto, como todo o resto da esquerda, por um violento processo de discussão que vai atingir os fundamentos mesmos de suas opções ideológicas anteriores: começa a conversão da Ação Popular ao marxismo.

Esta evolução ideológica que começa a se insinuar após o golpe e que é assumida em 67 (ver box) tem mais de uma significação. No documento de convocação do Primeiro Congresso, de autoria de Herbert José de Souza, a Ação Popular se definia como um "movimento político-ideológico, fundamentado numa ideologia própria, numa visão do homem e do universo que sendo universal aspira a ser um ponto de convergência e união de todas as forças para trabalhar pelo desenvolvimento integral de homem."

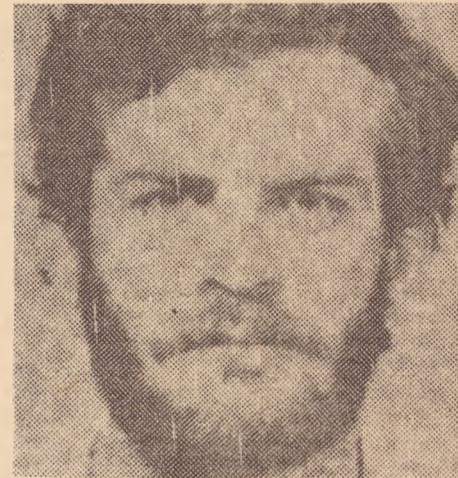
Esta "ideologia própria", que buscava diferenciar-se do marxismo e do idealismo, não impedia, no entanto, que a AP se assumisse como "um movimento revolucionário que se propõe formar quadros que possam participar de uma transformação radical da estrutura brasileira em sua passagem do capitalismo para o socialismo".

É a partir desta e de outras formulações políticas — a própria noção de "ditadura do proletariado" não estava ausente dos textos da organização — que alguns dirigentes da AP em princípios de 1967 considerarão a adoção do marxismo como um processo de simples reajustamento da teoria a definições políticas que já haviam sido assumidas anteriormente, pelo menos no plano estratégico e que haviam permitido ao PCB, por exemplo, considerar a Ação Popular como uma organização "esquerdista".

A influência de Mao

Este processo que muitos caracterizariam como de "transição indolor" da "ideologia própria" ao marxismo seria criticado por alguns dirigentes e militantes apistas que viam nele um escapismo idealista. Estes críticos, influenciados pelos acontecimentos que se estavam desenvolvendo na China, mais concretamente a **Revolução Cultural**, denunciavam tal processo de adoção do marxismo como superficial e teorístico. O fundamental não era pensar, a "ruptura" entre uma AP anteriormente ideológica e agora se pretendendo cientificamente orientada (a influência dos escritos de Althusser é visível) mas em definir as condições materiais que iriam presidir à revolução política da organização.

Com o retorno de quadros que haviam estado na China e que haviam presenciado de perto os acontecimentos da revolução cultural, impõe-se a linha da "proletarização". Para estes, a visão científica da organização só poderia nascer da **prática** (como ensinava Mao) e esta significava concretamente a incorporação dos militantes à produção. Grande parte dos militantes e mesmo dos dirigentes são



Honestino Guimarães



Enio Brauns Filho

Jair Ferreira

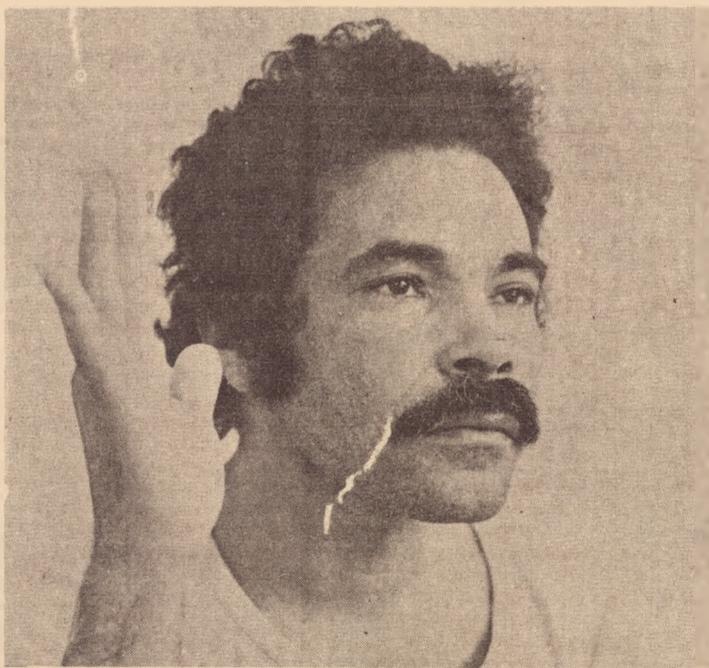
As lições que Mané nos dará

Dia 8 de outubro Manoel da Conceição estará chegando de volta ao Brasil, depois passar mais de três anos no exílio. Com 43 anos, este camponês de Pirapemas, pequena cidade do Maranhão, é talvez um dos mais conhecidos militantes que a Ação Popular teve em sua história, sendo um testemunho vivo da ampla base que esta organização conseguiu ter nos mais variados setores da sociedade brasileira.

Já aos nove anos, Manoel trabalhava na pequena oficina em que seu pai produzia utensílios agrícolas e, mais tarde, ele vai se incorporar, como trabalhador itinerante, mais diretamente às atividades rurais. Nestas suas andanças, inerentes à condição do trabalhador rural no Maranhão, Mané aprofunda sua visão da brutal realidade social de seu Estado, uma das zonas mais pobres do mundo e vai forjar este comportamento combativo que marcou toda sua vida. É esta combatividade que levará Manoel à prisão em 1964, quando sua atuação destacada o transforma em alvo da repressão que se abate no nordeste sobre o movimento camponês. Manoel assumira a direção do sindicato de Pindaré, pois o antigo presidente não se sentia com coragem para conduzir a luta de resistência dos camponeses contra as constantes invasões de suas roças pelo gado.

De volta de São Luiz, aonde fora buscar apoio para seu sindicato, Manoel o encontra sob intervenção, ocupado pela polícia. Ele, então, é detido.

Em 1968, novo conflito, e, desta vez, Manoel será baleado, devendo amputar uma perna para salvar a



Manoel da Conceição

vida. Sua combatividade ficará inalterada o que lhe significará uma nova e desta vez mais demorada prisão em 1972. Liberdade em 75, é preso em 76, em Osasco, cidade na qual buscava estabelecer maiores contatos com o movimento operário. Seus companheiros são unânimes em recomendar-lhe que saia do país, o que ele faz a 11 de março de 1976, quando viaja para Suíça.

No exterior, Manoel desempenhou um importante papel, proferindo dezenas de conferências sobre a situação do campesinato brasileiro, dezenas de conferências sobre a situação do campesinato brasileiro, explicando em forma paciente e cordial — conforme seu estilo — as brutais condições de exploração em que vive este esquecido homem do campo brasileiro.

Participando nas atividades da oposição sindical no exterior, Manoel da Conceição foi um defensor intransigente de um sindicalismo independente e combativo.

Apresentando-se, entre modesto e irônico, como "oficialmente um analfabeto" Mané mostrou-se no entanto como o protótipo deste novo intelectual que as lutas de classes revelaram em nosso país, mesmo nestes anos de contra-revolução.

Sua visão do movimento social, em especial do movimento camponês, pondo ênfase na autonomia da classe frente ao Estado e em sua independência frente às formas de organização partidária, dão ao pensamento de Manoel da Conceição uma grande atualidade e significação para a atual conjuntura que vive o país.

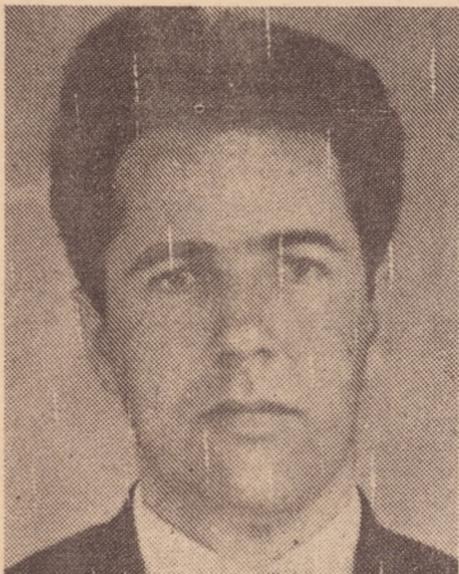
Tendo saído do Brasil num momento em que a organização à qual estava vinculado enfrentava os duros momentos de sua reconstrução depois de uma aguda crise interna e de uma forte repressão, Manoel será sem dúvida objeto da atenção daqueles que chegaram a AP recentemente e que têm deste seu ex-militante a visão transmitida pela legenda.

É mais do que seguro que o diálogo que se possa estabelecer entre os que hoje, dentro e fora da AP, se incorporam às lutas políticas terá mais do que um significado de vista ao passado. Mané não é uma figura ultrapassada, um nostálgico das lutas de ontem. Independentemente das respostas que dê aos problemas, o que importa é que os problemas que ele coloca são hoje centrais para a reflexão dos revolucionários.



da "Ação Popular" ao marxismo-leninismo

entre o idealismo e o materialismo), depois abraçou o maoísmo e chegou ao marxismo-leninismo.



Paulo Wright

enviados aos campos e às fábricas para se ligar ao trabalho produtivo, que é visto como o fator gerador de uma nova consciência revolucionária, muito mais do que qualquer discussão teórica.

Ao mesmo tempo, a Ação Popular assumiu os elementos essenciais da estratégia maoísta: a priorização do trabalho junto ao campesinato e a necessidade de preparar a guerra popular contra o regime que teria, justamente nas regiões rurais, o seu cenário fundamental.

A crise de 1968

Mas a "virada" maoísta da organização não se faz sem resistências, nem expressa, do ponto de vista dos que a defendiam, um orientação homogênea. Um setor de militantes - alguns dos quais haviam desempenhado um papel fundamental na vida da organização - criticam a linha adotada pelo grupo dirigente, centrando seus ataques em dois pontos: os rumos do processo político-ideológico em curso na AP e as definições estratégico-militares. Este grupo seria marginado posteriormente dando nascimento ao Partido Revolucionário dos Trabalhadores.

A tendência PRT (a qual se associam nomes como os do Padre Alípio de Freitas e o do ex-presidente da UNE, Vinícius Caldeira Brandt) buscava,

como outras tendências da esquerda revolucionária naquele período, formular um projeto, que combinasse uma organização de tipo leninista com aquelas que, na América Latina, se inspiravam na revolução cubana. Esta orientação a aproximará da VAR-Palmares e do Partido Operário Comunista (POC) e as articulações destas três organizações não progrediram fundamentalmente pela ação da repressão que se desabou sobre as três, em 1970.

Para Jair Ferreira Sá, o "Dorival", um dos dirigentes históricos da AP, e que foi um dos impulsores da maoízação da organização em 67/68, coube ao grupo que mais tarde iria formar o PRT o mérito de haver formulado uma crítica à caracterização da revolução brasileira que a AP tinha naquele período.

Em seu recente depoimento a EM TEMPO ele assinala que o grupo PRT denunciou justamente a visão de um Brasil semi-feudal então dominante na AP, da mesma forma que a separação em etapas do processo revolucionário, ainda que esta separação fosse atenuada pela caracterização "ininterrupta" da revolução.

Mas — prossegue — a discussão acabou sendo desviada do seu centro e perdeu-se em questões que, sendo importantes, não eram as decisivas: a linha militar e o processo de proletarianização como fundamento da inflexão político-ideológica da organização.

"Nós os maoístas dogmáticos de então — diz ele autocríticamente — tivemos uma grande responsabilidade em haver contornado a discussão fundamental e feito do problema da proletarianização e da linha militar questões que obscureciam o verdadeiro e fundamental debate".

Nova cisão

Mas as tendências maoístas estavam longe de formar um todo homogêneo, e esta heterogeneidade não tardaria em manifestar-se. Não são somente as resistências que a nova linha sofre no próprio movimento, mas as bases operárias importantes que a AP mantinha neste período que vão facilitar a revisão do maoísmo para a maioria, provocando a ruptura do um outro grupo.

Se é certo que após a partida do grupo PRT há uma momentânea coesão das tendências maoístas e, sobretudo, uma orientação dominante que enfatiza a preparação ativa e imediata da guerra popular, com a conseqüente priorização do trabalho camponês, não é menos certo que no início da década começam a produzir-se uma série de acontecimentos que vão estar na base da diferenciação política que levaria à cisão de 1972.



Jean-Marc e Zé Luiz Guedes de volta do exílio

Um marxismo de Mao e Marx

Ainda que exemplar, a metamorfose da Ação Popular de organização originariamente cristã em um grupo que reivindica o marxismo-leninismo, não é o único caso na América Latina. No Peru o mesmo aconteceu com o grupo Crítica Marxista, no Chile com o Movimento de Ação Popular Unitária (MAPU) e em quase todos os outros países do continente podem ser registrados episódios semelhantes.

Um traço comum em quase todos estes exemplos é que a chegada ao marxismo se fez via o pensamento de Mao Tsé Tung, especialmente a partir da eclosão da Grande Revolução Cultural Proletária na China, na década passada. Outra particularidade é a influência que alguns escritos do filósofo francês Louis Althusser exerceram neste processo, particularmente aqueles textos no quais o autor de Pour Marx reivindica uma filiação às idéias de Mao e Stálin, como é o caso de Materialismo Histórico e Materialismo Dialético e Marxismo, Ciência e Ideologia, este publicado no Brasil, com uma introdução de Duarte Lago Pacheco.

Entre 1966 e 67 vários estudantes latino-americanos, dentre os quais alguns brasileiros, haviam constituído em Paris um grupo de estudos orientado por Althusser. Este grupo, em certa medida teria sua influência na metamorfose da Ação Popular. Ele era integrado também por uma estudante chilena, igualmente de origem cristã e ex-militante da Ação Católica, Marta Harnecker. Anos mais tarde ela se notabilizaria pela publicação de um manual, Los conceptos elementales del materialismo histórico, hoje com mais de 40 edições,



através do qual dezenas de milhares de jovens latino-americanos tomaram seu contato com um marxismo que, aos olhos de muitos, aparecia excessivamente sistematizado e no qual a dimensão da luta de classes era escamoteada, como a própria Marta Harnecker nas revisões que fez de seu livro.

Na transformação específica da Ação Popular em organização marxista, duas concepções se chocaram. A primeira, mais althusseriana, partindo do anticapitalismo que a AP reivindicou desde o início, apesar de sua filiação filosófica não-marxista, apresentava a adoção do marxismo como referência ideológica como um

processo de passagem da ideologia à ciência, do alusório ao verdadeiro. É evidente que esta modificação de horizonte teórico-político aparecia fundamentalmente como o exercício de uma nova prática teórica (para ficar ainda na terminologia althusseriana) que permitia desembaraçar-se das idéias de Teillard de Chardin, Mounier e outros pensadores católicos. O maoísmo desta corrente era mais próximo de escritos como Sobre a prática e Sobre a contradição ou dos exercícios filosóficos de Stálin.

Para o outro grupo, mais impactado pela realidade concreta da Revolução Cultural na China, o maoísmo significava sobretudo o "direito à rebelião", mesmo que esta se fizesse contra um Estado socialista ou contra o Partido Comunista, como acontecia diariamente no período da Revolução Cultural.

O marxismo de Mao — nos diz Jair Ferreira Sá, dirigente da AP que se encontrava naquele período na China — aparecia como uma resposta concreta à crise do marxismo, ao mesmo tempo em que enraizado numa realidade nacional e profundamente dialética.

Mas o próprio desenvolvimento da situação chinesa — insiste Jair — e, sobretudo, as tentativas de aplicar o modelo estratégico maoísta no Brasil mostraram os inconvenientes de chegar ao marxismo de trás para diante, isto é, de Mao a Marx. O pensamento de Mao se havia codificado — como bem o ilustra o livro vermelho — e toda a riqueza que ele podia ter para a prática política na China se perdia na medida em que começava a se transformar numa escolástica no Brasil.

As greves operárias de 68 haviam posto em evidência novas tendências no movimento dos trabalhadores urbanos, ao mesmo tempo em que se fazia difícil encontrar na realidade social aquele camponês revolucionário que havia sido mecanicamente transplantado da China para o Brasil. Por outro lado, o próprio maoísmo passava em escala internacional por transformações e os quadros da AP que viajavam a China neste período se davam conta perfeitamente.

Sem contestar a referência maoísta em si, uma corrente da AP começa a modificar no entanto suas posições sobre uma série de aspectos da análise da realidade brasileira, especialmente a caracterização de um Brasil feudal. Indiretamente, o maoísmo começava a ser posto em questão. Paulo Whright, um dos destacados dirigentes da Ação Popular que seria mais tarde assassinado pelos organismos de segurança (oficialmente está "desaparecido") começaria uma revisão das posições sobre a estrutura agrária, influenciado pelas teses de Gunder Frank, e concluía pela negação de um feudalismo brasileiro, ainda que, esta crítica não tivesse significado desde o começo um questionamento da estratégia da guerra popular.

Duas APs

A particularidade da luta interna que se desenvolve na Ação Popular o começo da década é que ela é extremamente descentralizada, atingindo quase todas as regiões do país, nas bases e nas direções.

Em 1971, se esboça uma trégua entre os grupos em pugna, que se expressa na aprovação de um programa tipicamente centrista que busca conciliar uma orientação mais ortodoxamente maoísta e muito próxima das posições do Partido Comunista do Brasil e as inquietações que se manifestavam na base e em direções quanto à validade da estratégia abraçada em 67/68.

A trégua duraria pouco. As contradições se reatendem e culminam com o "racha" de 1972. A situação se complica enormemente pois as duas facções reivindicam o nome da Ação Popular. O grupo mais próximo do PC do B, no entanto não persistirá longamente como AP, apesar de que, segundo o testemunho de muitos militantes, o Partido Comunista do Brasil defendesse a manutenção da Ação Popular como uma espécie de "frente-de massas" para a pequena-burguesia.

Antes mesmo de que um grupo da AP formalmente se incorporasse ao PC do B este havia desfechado contra aquela organização uma série de críticas em seu jornal clandestino, A Classe Operária (número de 1971). Apesar das críticas da Classe cobrirem um conjunto de questões ligadas à linha política da AP, o problema central tratado era a proposta da III Reunião Nacional Ampliada da AP (na qual o programa "centrista" havia sido aprovado) que fazia um chamamento ao PC do B e a outras forças para a formação de um partido revolucionário.

Manifestar-se-ia mais uma vez a clássica resposta do PC do B a respeito (até hoje repetida), de que "não há necessidade de formar um tal partido pois ele já existe desde 1922, logicamente, o próprio Partido Comunista do Brasil. A pretensão da Ação Popular Marxista-Leninista, como passara a se chamar a AP, parecia totalmente descabida aos olhos do PC do B, que lhe sugeria o caminho da adesão ao "verdadeiro partido da classe operária."

A repressão

Consumada a divisão, que, como veremos em próximos capítulos, proporcionou um substancial reforço do Partido Comunista do Brasil, muito débil organicamente naquela época, a APM inicia um processo de balanço político da crise intensa vivida, balanço que é interrompido pela ação dos aparelhos repressivos. Em 72 mesmo, logo após o "racha" sobrevêm os primeiros golpes que vão atingir seu ápice em setembro outubro de 1973.

Importantes e prestigiosos dirigentes da Ação Popular são detidos e vários deles são mortos ou "desaparecem". É o caso de Paulo Whright, que desenvolvia um importante papel no processo de renovação política da organização. Paulo "desaparece", da mesma forma que Honestino Guimarães, o último presidente da União Nacional dos Estudantes, em substituição a Jean-Marc Van Der Welde (também da AP), preso em 68 e posteriormente banido. E o caso igualmente de Humberto Câmara Mata Machado, integrante da penúltima diretoria da UNE, é preso em São Paulo, mas a polícia apresenta a versão de sua morte em um enfrentamento no Recife. Gildo Lacerda morre na Bahia e sua morte, juntamente com a de Mata Machado, são as únicas que a repressão assume.

Em fevereiro de 1974, "desaparecem", num ponto no Rio, Fernando Santa Cruz e Eduardo Collier. Duramente golpeada, vivendo ainda os efeitos de uma profunda crise político-ideológica, atomizada no país e no exterior, a Ação Popular começa lentamente sua longa marcha em direção a uma profunda revisão política, cuja análise é fundamental para compreender suas posições atuais.

Duas faces da repressão na América Central

Em São Domingos, o presidente Guzmán tenta afastar a tempestade com algumas reformas e no Haiti a oposição armada se fortalece contra Baby Doc.

Por Vilma Amaro

Um grupo de trabalho das Nações Unidas e as agências internacionais noticiaram o fato como grande novidade: trabalhadores haitianos estão sendo levados como escravos para trabalharem nas plantações de açúcar da República Dominicana.

Na verdade, este é um fato corriqueiro que vem ocorrendo pelo menos desde a segunda década deste século quando os capitais estrangeiros começaram a investir nas lavouras de cana do país. Atualmente, existem na República Dominicana cerca de 300 mil imigrantes haitianos vivendo em condições sub-humanas, devido à acentuada divisão do trabalho que coloca de um lado técnicos altamente qualificados e, de outro, trabalhadores braçais super-explorados.

Além dos milhares de trabalhadores emigrantes, o Haiti detém entre suas estatísticas, um número de exilados que alcança a vários milhares e cerca de 600 prisioneiros políticos. Um panorama geral da situação no Haiti não poderia, sem dúvida, deixar de se refletir aos tristemente célebres **tontons macoutes**, polícia secreta criada pelo Papa Doc (pai do atual governante, Baby Doc) que hoje continua tão ativa como antes. Para auxiliá-la o jovem e gordo Jean Claude criou outro grupo, os **leopardos**, tão eficiente quanto os **tontons** diante de qualquer ameaça ao regime.

Todo esse aparato não impede, no entanto, a ação de grupos guerrilheiros que fustigam ainda que superficialmente a ditadura do segundo Duvalier; mas é notório, segundo os observadores internacionais que a cada dia cresce a oposição armada a Baby Doc.

O apoio da burguesia

Considerado um dos mais repressivos regimes do continente, por esse mesmo motivo, é um paraíso para as empresas norte-americanas que a partir de 1968 vem se instalando a todo vapor no país, principalmente nos ramos têxtil e eletrônico. Essa industrialização incipiente vem operando no país uma reordenação na classe dominante. A burguesia que sempre se manifestou contra o governo de Duvalier (cuja base de sustentação era a pequeno-burguesia) hoje aplaude o governo de Baby Doc e até lhe atribui ares liberais.

"A burguesia tradicional aliada do capital norte-americano alargou a base classista do regime de Duvalier", afirma o professor Gérard Pierre-Charles, sociólogo haitiano exilado no México em uma entrevista divulgada pela ALAI (Agência Latino-americana de Informação), em seu boletim número 44-45.

"Hoje, Baby Doc já não utiliza os mesmos jargões de negritude que utilizava seu pai. Pode-se mesmo dizer que a burguesia branca e mulata é a que se mantém hoje no Poder, o que suscita inconformismo entre alguns setores da pequeno-burguesia que foram duvalieristas durante a época do pai e hoje vêem o Poder escapar de suas mãos para outra classe", afirma o sociólogo.

Parte das mudanças introduzidas por Jean Claude leva, por contradição, ao desenvolvimento de forças contestadoras do regime: a classe operária vem crescendo desde 1968. Ao mesmo tempo surge uma imprensa independente de oposição ao regime e grupos políticos contrários ao governo de Duvalier que cobrem um amplo espectro, da esquerda à democracia cristã. Entre esses grupos destaca-se o Partido Unificado dos Comunistas haitianos e o Reagrupamento de Forças Democráticas que vem lutando dentro e fora do país contra a ditadura de Baby Doc.

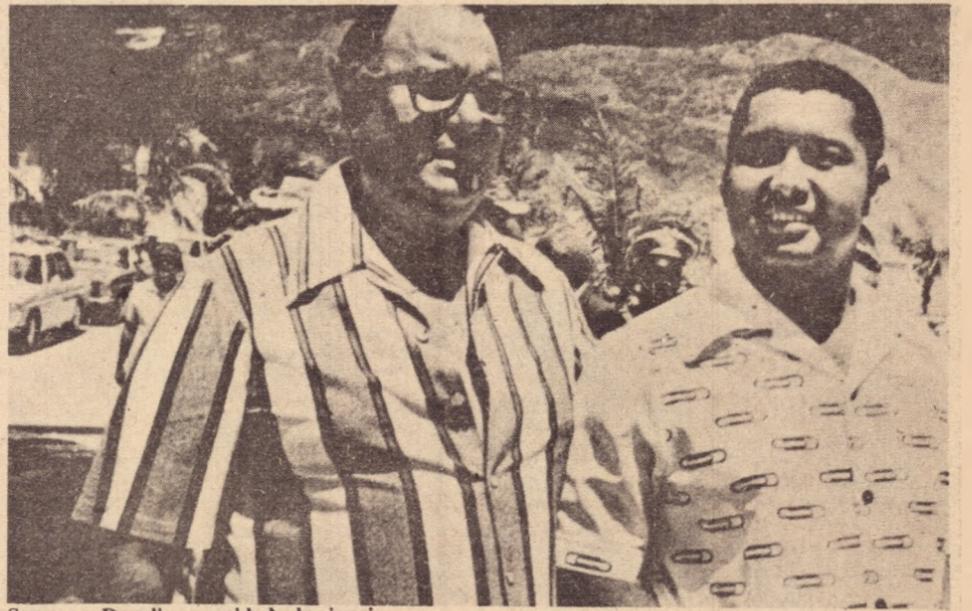
Liberal até quando?

Na República Dominicana, tal como em vários países da América Latina, as greves de trabalhadores têm sido a maneira mais eficaz de convencer o governo a realizar reformas e fazer concessões. Nesse caso, o presidente dominicano Antonio Guzmán (do Partido Revolucionário) não foge à regra. Numa recente greve de motoristas de transportes públicos o governo cedeu a algumas de suas reivindicações antes mesmo de se reunir com os líderes sindicais. De fato, Guzmán teme uma explosão no país, à semelhança do que ocorreu na Nicarágua e evita chocar-se diretamente com o setor trabalhista, a principal fonte de oposição ao governo.

Eleito em 1978, Guzmán quase foi surpreendido com uma tentativa de golpe de Estado que seria desfechado por setores do Exército fiéis a Joaquim Balaguer, o mesmo que tomou o poder sob o patrocínio da invasão armada norte-americana em 1965. O fracasso dessa tentativa deve-se à falta não de condições militares, mas principalmente políticas, uma vez que as classes dominantes se uniram em torno do Partido Revolucionário, de Guzmán, reduto da burguesia liberal.

Ao contrário dos doze anos de corrupção e repressão comandadas pelo presidente Balaguer, solidamente apoiado pelos Estados Unidos, Guzmán prometeu respeitar os estreitos limites da democracia representativa no país. Incluindo-se aí a melhora das condições de vida do trabalhador, a liberdade sindical e política. No entanto, a própria composição do governo o impede de resolver o problema econômico e social do país, agora bruscamente agravado pelo terremoto que causou há duas semanas mais de 300 mil vítimas.

A oposição está aproveitando essa espécie de trégua, depois de doze anos de repressão, para agitar suas palavras de ordem contra o domínio das multinacionais do país, ao mesmo tempo que impulsiona sua organização. Os trabalhadores, através da CGT, são os mais ativos, despertando a atenção do governo que pretende criar sua própria alternativa sindical. Por esse motivo, enquanto acena com uma nova central sindical, Guzmán manda prender dirigentes que participam de manifestações ou simplesmente tentar ganhar mais afiliados aos seus sindicatos. É dentro desse quadro de contradições que se move o governo "liberal", de Antonio Guzmán, enquanto do outro lado, grupos de oposição como o Partido Comunista Dominicano, "Línea Roja" e outros vão ganhando a adesão do povo dominicano.



Somosa e Duvalier: a unidade dos iguais.

Peru

Rumo à transferência do poder

Diante da ofensiva do movimento popular no país e dos incidentes que envolveram o término dos trabalhos da Assembléia Constituinte, o governo militar decidiu anunciar eleições gerais para o próximo ano.

Por Manuel Manrique, de Lima

O presidente do Peru, General Francisco Morales Bermudez, anunciou durante as celebrações do aniversário do país em 28 de julho passado, que seu governo havia concordado em convocar eleições gerais para o terceiro domingo do mês de maio de 1980 e que os eleitos ocupariam seus cargos no Palácio do Governo e no Congresso da República em 28 de julho do mesmo ano.

Cumpria-se daquela forma uma promessa feita há dois anos pelos militares peruanos quando se comprometeram a iniciar a chamada transferência do poder aos civis. O primeiro passo desse plano de abertura havia sido dado com a eleição e posterior funcionamento da Assembléia Constituinte que desenvolveu suas atividades entre julho de 1978 e julho de 1979.

O anúncio de eleições gerais feito por

Bermudez teve lugar em meio a uma série de acontecimentos contraditórios entre os quais se destacou a deferência especial do Governo Militar em relação ao APRA, o partido de Haya de La Torre.

Em primeiro lugar, o tratamento dado à nova Constituição do país quando esta foi entregue ao governo pelo Oficial Maior do Palácio Legislativo. O regime emitiu um comunicado assinalando algumas disposições transitórias do texto que considerava como exorbitantes das funções legislativas uma vez que invadiam suas funções de governo e estabelecendo que a Nova Constituição só entraria em vigência com a subida do governo constitucional. Neste incidente os militares mostravam seu zelo em particular pelo artigo da nova constituição segundo o qual nenhum civil pode ser processado por tribunais militares. Outro artigo que motivou a

exasperação dos atuais governantes foi aquele que estabeleceu que a pena de morte só pode ser aplicada no país em caso de guerra exterior. Isto vinha a público justamente no momento em que o fiscal da zona judicial da polícia havia solicitado a pena de morte para Raymundo Zanábria e para 4 operários da fábrica Cromotex acusados de causar a morte de um capitão de polícia durante um duro enfrentamento de rua em fevereiro deste ano quando também perderam a vida 4 trabalhadores.

A tensão política causada pela reação do governo à Constituição se amainaram consideravelmente quando Morales Bermudez anunciou ao país a data das eleições gerais. Em seguida, num ato de grande significação política o regime concordou em conferir uma importante condecoração a Victor Raúl Haya de La Torre, chefe do APRA e ex-presidente da Assembléia

Constituinte, quando este vivia seus últimos momentos.

O tratamento cordial do governo com o APRA manteve seu nível quando no dia 3 de agosto, morto Haya de la Torre, o governo decretou luto oficial em todo o país e enviou um alto representante para acompanhar as exéquias e pronunciar um elogioso discurso a figura de Haya.

Os sinais do movimento popular

A notícia ao país, sobre a convocatória das eleições para a Assembléia Constituinte foi divulgada há dois anos, em julho de 1977, dez dias depois que a classe trabalhadora havia convocado uma greve nacional que foi acatada massivamente, paralisando o país por 24 horas. O anúncio das eleições gerais do próximo ano se deu em circunstâncias similares já que novamente em 19 de julho do presente ano as principais organizações sindicais e dos trabalhadores haviam convocado uma nova greve nacional, desde 4 de julho, data em que se iniciou, como e ganha a solidariedade de amplos setores da população.

Além do mais, este ano, pelo segundo ano consecutivo, o discurso presidencial teve lugar em meio a uma interminável greve magisterial que desde o 4 de julho, data em que se iniciou, como e ganha a solidariedade de amplos setores da população peruana. Na ocasião do discurso presidencial esta greve, encabeçada pelo Sindicato Único de Trabalhadores na Educação (SUPET) era a grande dor de cabeça dos militares peruanos já que ela mobiliza mais de 100000 professores em todo o país.

O discurso do Presidente Morales tinha como claro propósito convidar toda a direita a deixar de lado suas diferenças e formar um só bloco diante da ameaça que significa o movimento popular e a esquerda em seu conjunto. A mensagem foi seguramente entendida e mais de um dirigente dos grandes partidos como o Popular Cristão, o APRA e a Ação Popular saudaram a iniciativa governamental.



Professores manifestantes nas ruas de Lima

Uma crise geral do capitalismo

A crise do capitalismo mundial que se inicia em 1974 continua. Apesar de uma ligeira recuperação oscilante desde 1975, no entanto, ela ainda não foi capaz de resolver os problemas de fundo. É o que demonstra o número especial 7/8 de Critique de l'Economie Politique, de setembro de 1979, sobre a crise mundial.

Em 1974 eclode a crise econômica mundial. Os níveis de produção, emprego, inflação, déficits etc. são inquestionáveis. Se bem que a partir de 1975 pode-se constatar uma recuperação, no entanto, os desdobramentos posteriores não permitiram superar os obstáculos mesmos que estavam na raiz da crise. Pelo menos até agora. Ou seja, a questão do lucro, da rentabilidade do capital não foi de forma alguma resolvida pela crise. Pelo contrário, a insistência nas antigas políticas econômicas que se desenvolveram desde após a segunda guerra mundial contribuiu, na quase totalidade dos países capitalistas centrais, para deslocar a repartição da renda a favor dos assalariados e não dos capitalistas.

Esta dificuldade em recuperar a lucratividade do capital, e portanto, a expansão econômica, não é um acidente, mas resulta de um conjunto de fatores convergentes que, na realidade, configuram uma verdadeira ruptura do esquema mesmo de desenvolvimento capitalista do pós-guerra e que vingou durante quase 25 anos de prosperidade.

Somente o capitalismo americano registra aparentemente uma certa elevação dos lucros desde 1974. No entanto, este movimento se mostra extremamente frágil, uma vez que é resultado da redução do crescimento dos salários reais e não de um aumento da produtividade. O que tem se verificado é uma clara retomada das contratações associada a uma quase estabilização da produtividade.

A Alemanha, a Itália e a Inglaterra compartilham de uma evolução comum e desfavorável, pois ao longo de 1974/78 continuam as tendências anteriores a favor dos assalariados: a produtividade diminui, os salários reais também, mas num ritmo menor.

Uma evolução semelhante tem a França. Os anos 1977/78 não compensaram senão muito parcialmente a queda da parte relativa aos lucros no valor global da produção que se verificara em 1974/75.

Um caso diferente é o do Japão. O crescimento da parte dos salários na renda total observado entre 1973 e 77 não foi tão prejudicial ao capitalismo japonês uma vez que vem simplesmente compensar a lucratividade crescente que se deu entre 1960 e 72. Esta situação que é semelhante àquela vivida pelos Estados Unidos após a crise de 1930 simplesmente vem demonstrar o quão jovem é o capitalismo japonês em comparação com o restante das economias centrais.

Após períodos 5 anos desde o início da crise, a perspectiva de uma situação ainda crítica, de não recuperação, atesta que a crise que por então se instaurava a nível da economia mundial encerrava o longo período de expansão que vinha desde a segunda guerra, configurando desta forma uma grande crise do capitalismo, com o seguinte caráter:

1 - O excepcional desenvolvimento das metrópoles capitalistas pós segunda guerra mundial superou as contradições do período entre guerras, constituindo um estilo de desenvolvimento capitalista sem precedentes na história. Em tempos gerais este estilo pode ser definido como um regime de acumulação de capital intensivo, baseado no consumo de massa.

2 - Este estilo de desenvolvimento não corresponde a uma tendência natural do capitalismo, mas, pelo contrário só pode se manter durante 25 anos graças a uma conjunção especial de vários fatores: uma relação salarial bem precisa, que em função da abundância de mão-de-obra e das novas funções do estado pode estabelecer padrões mais estáveis; novas formas de concorrência, a concentração monopolista e a centralização financeira levando a novas formas de expressão das contradições de fundo do sistema, por exemplo através de uma inflação permanente, mas sob controle; o aparelho de estado, onde a gestão da política monetária e das relações entre o capital e o trabalho são essenciais; e finalmente uma nova articulação das metrópoles com o resto do mundo, configurando um tipo de mercado mundial.

3 - Graças à constituição destas formas estruturais no capitalismo, pode-se construir uma regulação monopolista, distinta da regulação concorrencial anterior. É isto que explica que o crescimento das economias capitalistas tenha acelerado ao mesmo tempo em que se atenuava a amplitude das depressões a ponto de se substituir a expressão "crise" "por" "recessão".

4 - É exatamente a conjunção deste complexo de formas estruturais, é o próprio estilo de regulação monopolista que entra em crise, latente

desde o fim dos anos 60, e aberta desde 1974. O sistema choca-se então com dificuldades crescentes para manter a lucratividade, dificuldades cujo caráter estrutural ultrapassa o poder de regulação anteriormente constituído. Neste sentido, a crise aberta em 1974 não é um simples desequilíbrio acidental e passageiro que políticas econômicas "sábias" possam eliminar. Da mesma forma não se trata de simples reprodução de alguma das grandes crises anteriores.

Em particular, a crise não é de forma alguma a repetição da crise de 1929/30, pois ela resulta do esgotamento exatamente daquelas formas estruturais que tinham permitido a superação das contradições que surgiram no período entre as duas guerras.

Isto posto, o sistema capitalista mundial se encontra hoje numa crise maior cuja superação depende não de simples determinismos econômicos, mas da constituição de um conjunto de

formas (relações salariais, concorrência entre capitais, organização do aparelho de estado, ordenação do mercado mundial) que permitam a retomada do crescimento. Nestas condições, o tipo de saída que se possa encontrar - capitalista ou não capitalista - dependerá de um processo longo e contraditório sobre o qual as lutas sociais e políticas no seio das metrópoles capitalistas bem como nos países dominados exercerão uma influência determinante.

Os operários diante da crise

No caso da França, bem como nos demais, a crise mundial veio aumentar a combatividade operária. Tanto no plano econômico como no político as lutas se intensificam e as vitórias crescem. O que demonstra a dificuldade crescente para a burguesia recuperar-se da situação atual.

É óbvio que uma crise econômica modifica a situação da classe operária.

Como a classe operária francesa está reagindo à crise econômica atual? Quais são as influências destas situações sobre sua combatividade, sua consciência?

No caso da crise de 1930, que na França se inicia mesmo em 31 para começar a recuperação apenas em 35, os dados estão na tabela 2. Para este período, tanto o número de greves como de grevistas é inferior aos dos anos anteriores. A crise portanto não estimulou a combatividade operária, seria a conclusão. Tampouco o nível de militância, ou da tomada de consciência, segundo os dados que mostram a evolução do número de membros do Partido Comunista Francês-PCF, também no mesmo período (ver tabela 1).

O quadro já na crise atual que se desenvolve a partir de 1974 é diferente. O número de dias de trabalho perdidos em função de movimentos grevistas na França — dados oficiais — está na tabela 3. A curva dos conflitos de trabalho se situa pois no nível mais alto desde 1968. E mais ainda se se leva em conta que estes dados devem estar subestimados pelo governo.

Tudo leva a crer que face à crise, para além desta constatação de aumento de combatividade operária, seu crescimento se reflete também nas características das greves, na natureza das reivindicações e no resultado dos conflitos. Parece que em períodos de crise os trabalhadores hesitam mais a entrar em greve, mas quando a decisão é tomada, eles agem com mais resolução e mais massivamente.

Isto não está em contradição com os números apontados referentes aos dias perdidos. Estes representam uma combinação do número, da amplitude e da duração dos conflitos.

Pois durante os anos em questão o número de dias perdidos cresce mais rapidamente (28%) que o número de conflitos que eclodem (21%), o que parece conferir com o que apontamos acima.

Outro dado interessante é aquele que aponta para uma maior adesão da massa à greve. Os conflitos onde participam mais da metade dos trabalhadores referentes crescem no período: eles são 48% do total de conflitos entre 1966/7; 57% em 1972 e 58% entre 1974/5.

Também a nível da duração das greves nota-se uma progressão durante a crise atual. Os dados da tabela 4 apontam que as greves com duração inferior a um dia tendem a diminuir relativamente enquanto crescem aquelas com duração entre 1 e 7 dias e, as com duração de mais de 7 dias, praticamente dobram sua participação relativa.

De outro lado, a situação de crise parece também levar a uma certa modificação do caráter das reivindicações. 1974/5 marca por exemplo um aumento das reivindicações e emprego: elas são 6% das reivindicações totais em 1966/7, 5% em 1972 e saltam para 10% em 1974/5. Em contrapartida, as reivindicações meramente salariais diminuem dentro do total: 57% em 1966/7; 62% em 1972 e 58% em 1974/5.

O tema da escala móvel dos salários aparece cada vez com maior frequência nestes tempos de crise: ela surge como 0,4% das reivindicações em 1966/7; 1,1% em 1972 e 3,2% em 1974/5.

Dentro da própria luta pelo emprego há uma certa evolução. As reivindicações "genéricas" pelo emprego aumentam, como vimos.

Dentro destas lutas, no entanto a questão da redução na jornada de trabalho para 35 horas semanais — como forma de dividir melhor o tempo de trabalho existente na crise entre o maior número possível de trabalhadores, mantendo os salários — é cada vez mais frequentes nas plataformas dos movimentos sociais.

Ao lado da combatividade operária na crise francesa, nota-se também que o número de vitórias cresce. A percentagem de lutas que terminam sem que os trabalhadores tenham obtido vitória diminui: 62%

Tabela 1

Número de membros do Partido Comunista Francês	
1926 55.000	1931 32.000
1927 53.000	1932 28.000
1928 48.000	1933 28.000
1929 42.000	1934 40.000
1930 39.000	

Tabela 2

Número de greves e grevistas na França		
Ano	Greves	Grevistas
1926	1.660	349.000
1927	396	111.000
1928	816	204.000
1929	1.213	240.000
1930	1.903	582.000
1931	286	48.000
1932	362	71.000
1933	343	87.000
1934	385	101.000

Tabela 3

Número de dias de trabalho perdidos na França	
1974	3.380.000
1975	3.868.000
1976	5.010.000

Tabela 4

Duração das greves na França			
	66/67	72	74/5
Menos de um dia	55%	40%	35
De um a sete dias	34%	44%	42%
Mais de sete dias	12%	16%	22%

Tabela 5

Número de membros das três grandes centrais sindicais			
1973:		1975:	
FO	861.000	FO	900.000
CFDT	1.015.000	CFDT	1.066.000
CGT	2.339.000	CGT	2.377.000
1974:		1976:	
FO	874.000	FO	900.000
CFDT	1.015.000	CFDT	1.077.000
CGT	2.342.000	CGT	2.350.000

Tabela 6

Número de membros dos partidos operários			
1973:		1975:	
PCF	471.000	PCF	556.000
PS	107.000	PS	149.000
PSU	9.000	PSU	5.500
Ext. Esquerda	15.000	Ext. Esquerda	16.000
1974:		1976:	
PCF	500.000	PCF	600.000
PS	137.000	PS	159.000
PSU	6.000	PSU	4.500
Ext. Esquerda	16.000	Ext. Esquerda	19.000